



## **CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: [setortaquigraficma@gmail.com](mailto:setortaquigraficma@gmail.com)

### **1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2026**

#### **TEMA: “RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS PARA SALVAR O VAZA-BARRIS”**

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA: PROFESSORA SÔNIA MEIRE – PSOL**

**VEREADORES PRESENTES:** Professora Sonia Meire

#### **PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA SONIA MEIRE – PSOL**

Boa tarde a todas as pessoas! Em nome de Deus, de todos os Orixás, de todas as crenças e fé e em nome do povo aracajuano declaro aberta a presente Audiência Pública sobre “Compromisso e responsabilidade socioambiental dos órgãos públicos para salvar o rio Vaza-barris e os Manguezais”, e para dar início à nossa Audiência Pública quero convidar as pessoas que vão compor à Mesa começando aqui hoje pelas nossas e pela nossa autoridade aqui a deputada estadual Linda Brasil pelo PSOL; quero convidar também nossa outra autoridade presidente/superintendente do IBAMA Sergipe o senhor Cássio Murilo para fazer parte da Mesa; quero também convidar para fazer parte da Mesa o senhor Amaury da Silva Santos, chefe-geral da Embrapa Tabuleiros Costeiros, aqui presente também; também para compor à Mesa o senhor Sandro Luiz da Costa, diretor do CAOp Recursos Hídricos do Ministério Público de Sergipe. Por gentileza! Também para compor à Mesa o senhor Gustavo Nunes Rocha, auditor de engenharia do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e também quero convidar Luiz Carlos Souza, gerente de recursos hídricos da Adema, representando o diretor-presidente Carlos Anderson Silveira Pedreira. Quero cumprimentar, além das autoridades da Mesa, todas as autoridades aqui presentes das comunidades que fazem parte dessa região e, agora,

vamos ao início e depois iremos explicar a metodologia e queremos também antes de... Depois faremos os devidos registros e agradecimentos, já de antemão, pela participação de outras instituições aqui presentes, mas antes de passar para essa parte quero convidar a todos e todas às pessoas presentes para acompanharmos o canto do Hino Nacional. (*Execução do Hino Nacional*) Então, inicialmente, também quero aqui fazer o registro da importância da vice-reitora da Universidade Federal de Sergipe, professora e nossa companheira de construção e de luta pela educação pública a professora Silvana Britas por ser muito importante a sua presença também e de todas às pessoas que conseguiram se deslocar frente a uma semana e a um dia de semana de seus territórios para estarem aqui nessa tarde de hoje, assim como os técnicos também, os profissionais, servidores públicos que atuam nesse campo, as assessorias da mandata da deputada Líndia Brasil, a nossa assessoria e também eu quero enaltecer a participação de moradoras e moradores de comunidades, pessoas que estão representando também as comunidades de terreiro, as tradicionais, as marisqueiras, pescadoras e pescadores e a população que vive nessa região da cidade. Com isso eu quero também explicar essa audiência de hoje para que à Mesa e para quem estar nos acompanhando para que tenha o conhecimento que ela é fruto da mobilização desse conjunto de pessoas que está nessa tarde aqui representando, assim como outros que não puderam vir por ser horário de trabalho como também os movimentos sociais como o movimento Anjos do Rio e eu quero aqui também dizer da importância do movimento Lagoa Doce que está aqui presente, depois vocês poderão também se apresentar e falar um pouco, e dizer que estamos mediando com a população aqui e essa Mesa um debate necessário e urgente em torno do único rio ainda navegável da nossa capital que é o rio Vaza-Barris o qual é um rio federal que banha também a nossa capital e que tem passado por processos que vão ser colocados aqui também uma parte de assoreamento e não podemos, assim, o esforço dessa audiência é para que possamos somar esforços para evitar a tragédia que aconteceu com outros rios da nossa capital os quais foram transformados em esgoto. Então, são fatores externos que têm investido naquela região por mera especulação e a ganância econômica de poucos sacrificando a vida de muitos, de muitas e de todas as espécies e é por isso que o tema da audiência é rio e os mangues, porque o mangue é berçário também e dos mais importantes ecossistemas de reprodução da vida e em tudo que tem sido feito nessa região é uma extensão do que já foi feito em outras regiões como no Santa Lúcia, no Santa Maria e em tantas outras que a gente pode citar aqui da nossa cidade, então, essa audiência tem esse objetivo e por ter esse escopo normalmente as audiências e a

metodologia começa pela Mesa que foi convidada, mas conversamos com todas às pessoas que nós convidamos por indicação das comunidades e vocês que estão aqui, inclusive, também por indicação e principalmente pela indicação da comunidade a qual achou importante que vocês estivessem aqui nessa Mesa e tem outras pessoas as quais não chegaram, mas que foram convidadas também como as representações da SEMA e de outros órgãos públicos, porém quando chegar também terão o seu direito à fala como todas que estão aqui. Então, por essa razão e para que à Mesa tenha mais referência dos elementos e dos pontos que teremos que discutir para avançar a partir do ponto que estamos começaremos essa audiência escutando as comunidades como toda audiência pública deve ser que é escutando as pessoas, porque são elas que têm o que dizer para que nós possamos cada um respeitando, não entrando na área do outro e nem no órgão do outro, mas cada um no seu limite e na sua forma de atuação e a partir do órgão que está aqui representando possa também se posicionar, dizer e falar para a população aracajuana e não somente às pessoas que vivem nos bairros novos, foram eleitos como novos bairros de Aracaju, mas a população aracajuana, porque a questão ambiental é uma questão social de monta que atinge a toda a população aracajuana e não é somente quem vive ali nesses bairros da Zona Sul e da região sul da nossa cidade, então, nós vamos começar escutando essas pessoas e uns vão ter mais um tempinho que outros, mas em torno de 30, 40 minutos uma média de 5 pessoas. Tem alguns estudos já realizados, porque a comunidade se organiza por coletivos e os mesmos têm estudado a questão dentro daquilo que eles têm de documentos os quais conseguem alcançar pela transparência e outros que não conseguem por não ter transparência, mas dentro daquilo que tem a transparência ou do que se vive trazer esses elementos aqui para nós e depois desse momento nós vamos passar a fala para à Mesa e em seguida passaremos para fala de outras pessoas que não vieram no primeiro momento para complementar, perguntar e se posicionar. “Tá” certo? Então, será à metodologia e nós teremos em torno de 5 a 10 minutos no máximo, 7 para algumas pessoas e 5 para outras para fazer exposição, então, queria começar chamando a professora Myrna. Né? Ah, antes de começar, desculpe! Eu passei e atrolei aqui o expediente e as formalidades por isso quero convidar o nosso querido Amauri Santos, chefe do cerimonial, para que ele faça a leitura do requerimento que aprovou essa audiência que nós estamos realizando aqui hoje. Isso é o rito da Casa. Então, desculpe, Amauri, por gentileza! Muito obrigada.

**AMAURI SANTOS – CHEFE DO CERIMONIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**

Requerimento nº 28/2026 de autoria da vereadora Professora Sonia Meire. “Senhor presidente, requeiro a realização de Audiência Pública com o tema ‘Compromisso e responsabilidade socioambiental dos órgãos públicos para salvar o rio Vaza-Barris e os Manguezais’, a ser realizada no dia 11 de fevereiro de 2026, às 15 horas, no plenário da Câmara Municipal de Aracaju. Palácio Graccho Cardoso, 4 de fevereiro de 2026, Professora Sonia Meire, vereadora pelo PSOL Sergipe.” As correspondências recebidas, a primeira da presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, a desembargadora Yolanda Santos Guimarães. “Cumprimentando cordialmente o presidente Ricardo Vasconcelos, acuso o recebimento do convite para participar da Audiência Pública com o tema: ‘Compromisso e responsabilidade socioambiental dos órgãos públicos para salvar o rio Vaza-Barris e os Manguezais’. Impossibilitada de comparecer por compromissos assumidos anteriormente, agradeço a Vossa Excelência a gentileza do convite, augurando que o distinto evento seja repleto de pleno êxito.” A próxima vem da prefeita Emília Corrêa. “Ao cumprimentá-lo cordialmente, faço referência ao convite do qual, muito gentilmente, convida a prefeita do Município de Aracaju, prefeita Emília Corrêa, para participar da Audiência Pública com o tema ‘Compromisso e responsabilidade socioambiental dos órgãos públicos para salvar o rio Vaza-Barris e os Manguezais’. Informo-lhe que a senhora prefeita se sente honrada com o convite, entretanto, devido a compromissos oficiais previamente agendados ficará impossibilitada de comparecer ao referido evento.” Seguinte, da Procuradoria Regional do Trabalho, da 20ª região. “De ordem do procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, 20ª região. Confirmo o recebimento do convite para participar da Audiência Pública, outrossim, também de ordem do procurador-chefe, transmito os agradecimentos pelo honroso convite, bem como informo a impossibilidade do comparecimento ao evento em decorrência de compromissos oficiais anteriormente agendados.” A seguinte, da professora Ruth Salles Gama de Andrade, reitora do Instituto Federal de Sergipe. “Cumprimentando-os cordialmente, agradecemos o convite e informamos que devido a compromissos anteriormente agendados a senhora reitora não poderá comparecer ao evento em epígrafe.” A seguinte vem do Conselho Federal de Contabilidade. “Em nome do presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho, agradecemos o

convite para à Audiência Pública que tratará do tema ‘Compromisso e responsabilidade socioambiental dos órgãos públicos para salvar o rio Vaza-Barris e os Manguezais’, iniciativa de elevada relevância social e ambiental. Entretanto, em razão de compromissos institucionais previamente agendados, na data informada, o presidente não poderá comparecer ao referido evento. O Conselho Federal de Contabilidade reconhece a importância do debate proposto e reafirma seu compromisso com pautas relacionadas à sustentabilidade, à responsabilidade socioambiental e à atuação ética dos órgãos públicos, colocando-se à disposição para futuras oportunidades de diálogo e cooperação institucional. Lido o requerimento e as demais correspondências. Senhora presidente.

### **PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Muito obrigada ao nosso chefe do cerimonial, senhor Amauri Santos. Agora nós vamos passar a palavra para os membros da comunidade e quero também informar a vocês que todo o microfone ao ser usado somente é apertar aqui, quando for falar, no vermelhinho. Está certo? Quando terminar desliga. Nós temos um vídeo primeiro, Myrna? Então vamos passar o vídeo e se você quiser fazer uso também daqui para falar você pode depois do vídeo subir, está bom? Obrigada. (*Exibição de vídeo*). Pronto! A professora Myrna vai fazer uso da palavra, professora e doutora Myrna, à qual é professora aposentada da Universidade Federal de Sergipe e acompanha o movimento também Vaza-barris.

### **PROFESSORA MYRNA LANDIM – INTEGRANTE DO MOVIMENTO SALVEMOS O VAZA-BARRIS**

Então, tem uma apresentação para guiar, eu falo muito rápido, então, vou tentar falar devagar, mas eu olho para vocês e se vocês estiverem com cara de que não estão entendendo eu diminuo, porque quando tem tempo eu fico preocupada de cumprir o tempo, então, fica complicado e também aqui eu não enxergo ali, mas vamos lá. Não é esse, não! Esse não é o meu arquivo, não, Audiência CM 2025-211. Eu não enxergo e o arquivo errado aí fica mais difícil. Desconta o tempo, viu? Por favor! Vou fazer um teste para Alzheimer para ver se ainda dá em multitarefa. Gente, boa tarde! Então, basicamente, o vídeo fala um pouco do que a gente vai falar em mais detalhes, mas o que a comunidade aqui reunida e organizada está tentando é alertar nossos governantes, na verdade, nossos representantes, então, chama muito à atenção sem desmerecer a importância da iniciativa da vereadora Sonia e da presença da deputada Linda, chama

atenção às ausências e, na verdade, esse seria o momento que todos os representantes da população deveriam estar aqui ouvindo as demandas da população e, infelizmente, não estão. Acharam? Beleza! Então, pode seguir. Ah, facilita! Estava com dor no pescoço. Obrigada, valeu! Então, o nosso movimento que a gente chama de Salvemos o Vaza-Barris, porque é um nome carinhoso, mas ele é muito mais do que o Vaza-Barris, até porque ele está se referindo, principalmente, ao rio Santa Maria e não somente o rio, mas às pessoas, as comunidades e os ecossistemas terrestres também e não somente os manguezais. Pode passar. Então, primeiro entender que gestão municipal, botei alguns órgãos principais aqui, e quando a gente pensa em gestão municipal é a prefeitura dando ordem, mas todos os órgãos que estão relacionados ao planejamento e não somente do *Optiplog*, mas a execução das políticas públicas devem estar... Pode passar, por favor?! De fato, integrados porque senão a gente tem um monstro de várias cabeças que falam coisas diferentes, então, o meio ambiente quer preservar e o planejamento quer destruir e a gente no meio fica à população e o futuro. Pode passar. A gente tem que pensar no futuro e, isso aqui é lei, então, não podemos esquecer do art. 225 da nossa Constituição que é nossa lei maior que diz que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (...)”. Todos! Cada um de nós e dos moradores da Zona de Expansão e não somente moradores dos condomínios mais ricos, mas também o ribeirinho, o pescador, a marisqueira que está aqui defendendo o seu interesse, o seu modo de vida e não é somente a sua subsistência é o seu modo de vida, mas não tenho que falar sobre isso, porque vocês vão falar, esse meio ambiente ecologicamente equilibrado, não devastado e não destruído, porque ele é bem de uso comum do povo e de todos nós e é essencial a sua qualidade de vida e impõe-se ao poder público, a coletividade e a todos o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações e a gente está vendo que se continuar o que está acontecendo na Zona de Expansão e no processo de urbanização da cidade a gente vai ter um débito com as futuras gerações. Pode passar. Então, esse meio ambiente equilibrado é um direito de todos e é lei, então, cabe a todos zelar pelo seu cumprimento. Pode passar. E aí, nessa questão da gestão municipal é importante que o meio ambiente... Passa mais um favor que eu acho que eu errei?! A SEMA não é um detalhe, pois deve ser encarada como a secretaria que vai realmente conhecer a natureza desse ambiente que a prefeitura e que uma gestão da prefeitura quer ocupar e a partir desse conhecimento técnico e científico pode estabelecer limites. Aqui pode, aqui não pode e se fizer isso vai dar ruim, né? Então, não deve ser um detalhe, porque é coisa de ambientalista ou de “eco-chato”, mas é sensato como o Lenine já diz: “É fogo”. Pode

passar. Não é frescura e não é maluquice, é lei cidades sustentáveis. Pode passar. Está no Estatuto das Cidades... Pode passar mais um?! Que: “(...) estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”, pois sem equilíbrio ambiental não há bem coletivo, não há segurança e bem-estar para todos, então, estamos todos no mesmo barco e a gente brinca que, às vezes, está um na primeira classe e um está lá embaixo, mas vai todo mundo afundar. Então, sejamos sensatos e entendamos que todos temos direitos e que cabe aos nossos representantes representar o interesse de todos. Pode passar. Então, na parte técnica e de biologia que é a minha área. Pode passar. Então, a gente tem na Zona de Expansão que é à área a qual está em jogo aqui uma região ocupada por sedimentos arenosos os quais foram ao longo de muito tempo depositados pelo mar formando o que a gente chama cordões arenosos essas cristas que são paralelas ao mar. Vocês não estão enchergando, né? Eu estou falando e pensei... Não! É porque tem video aqui. Aí vocês não estão vendo?! É porque está bem em cima, mas depois passo para Grazi e a mesma passa para vocês. Então, essas cristas aqui é um processo de formação natural da região e entre essas cristas você vai ter baixadas e nessas tem os brejos ou lagoas naturais que podem ser permanentemente ou temporariamente e somente na época das chuvas ocupada e em toda à região tem lençol freático muito superficial, então, você vai ter regiões que vão, sim, alagar na época das chuvas, às vezes permanentemente, porque essa é a natureza da região. Então, simplesmente a engenharia... Não sei se tem alguém aqui? Tem o Gustavo da engenharia, vai dizer: “Não, isso a gente resolve, concreta ali, resolve tudo”, somente que a água não desaparece, então, a engenharia pode ter uma solução mágica se quiser ganhar dinheiro fácil, mas se você é um gestor preocupado com o bem comum é somente dizer: “Peraí, eu não posso sair ocupando tudo, eu tenho que entender a drenar a natureza dessa região.” Pode passar, por favor?! Para ocupar de uma maneira mais sábia pensando justamente no art. 225, porque a gente precisa garantir a sustentabilidade efetiva da ocupação e não o ganho rápido e máximo dos grandes proprietários e das grandes construtoras. Então, a gente precisa entender as fragilidades e os potenciais dessa região para ser ocupada, porque quando a gente ocupa de qualquer maneira vai dar ruim e, normalmente, vai dar ruim para os mais pobres e não é isso que uma gestão democrática quer. Imagino eu, não é? Pode passar, por favor?! Então, pode passar. É importante entender que as áreas alagadas fazem parte da natureza e dinâmica da Zona de Expansão e simplesmente entender que a gente vai aterrar tudo e vai acabar com os

problemas, porque vamos ganhar mais dinheiro vendendo mais condomínio é insensato. Pode passar, por favor?! E aí o que a gente tem nesse processo de ocupação da Zona de Expansão? Foi um processo de expansão, quer dizer, a prefeitura e quando a gente fala prefeitura não é essa gestão é a prefeitura, o governo e a gestão que se muda ao longo do tempo, mas ela é uma entidade que é responsável por isso e esse processo não foi planejado, porque, inclusive, tem uma lei dizendo que aquilo ali é uma Zona de Expansão e uma lei dizendo que vamos expandir, a cidade está expandindo para lá, mas não houve planejamento. Então, temos o plano diretor completamente desatualizado e não temos infraestrutura básica nessas regiões, assim, a última e não a atual prefeitura transformou em bairros essa região sem garantir que a infraestrutura a qual justificaria o nome e a transformação em bairros sem que essa infraestrutura fosse estabelecida e não é aterrando lagoas e brejos transformando grandes áreas que é até semirural, grandes sítios e grandes chácaras em megacondomínios. Pode passar. O que a gente chama de um processo de feudalização da Zona de Expansão em que parece muito com o que estão fazendo em Barra dos Coqueiros que me parece, Ricardo Mascarello pode falar melhor sobre isso de urbanismo, mas me parece uma coisa muito doida, porque a gente vai ter milhões... Milhões não! Mas, vários condomínios vizinhos os quais, inclusive, impedem o acesso das populações tradicionais à praia, porque vai ser um condomínio colado no outro e quem sempre viveu ali está sendo expulso das suas terras. Pode passar. E aí, aquelas fotos... Eu preciso de fotos melhores, viu? Eu usei as minhas, mas vocês podem colaborar. Alagamentos os quais são os grandes problemas e, na verdade, ele é causado por esses aterros completamente não planejados, sem uma base e estudos. Pode passar. E aí, a prefeitura na gestão anterior apresentou um grande projeto chamado de macrodrenagem o qual é um sistema de canais sendo um principal e outros, mas, primeiro, não é macro, porque não atinge toda a Zona de Expansão é somente uma parte da mesma. Eu sou ruim em geografia, pera aí, isso aí é Norte? Não! Está errado esse mapa, não é? Ah, gente! Do lado direito de quem está indo para o Mosqueiro é o Oeste, não é? É Leste. É Oeste da Melício Machado, não é isso? Obrigada! É geógrafo, não é? Ou um biólogo bem localizado. Mas então, do lado direito de quem está indo lá para o Mosqueiro somente atinge uma parte daquilo ali, ou seja, não é macro e não vai resolver o problema da Zona de Expansão, então, essa audiência é importante, porque... “Ah! Mas já fez a obra, já fez o canal, ‘tá’ tudo bem.” Não! Se a gente não se mobilizar agora, claramente, eles vão continuar com a mesma lógica do outro lado, então, a gente tem um risco muito grande, porque o perigo não acabou e não está tudo resolvido. Pode

passar. Então, como eu falei e lá também a gente mostrou no vídeo a questão que essa concepção do projeto vai, completamente, contra todas as noções mais modernas de urbanismo do qual o Ricardo vai falar que é justamente entender a cidade e ocupar o ambiente com sabedoria e na condução do projeto a gente percebe que foi feito sem participação popular, ou seja, uma gestão não democrática e a população foi pega de surpresa, logo, as obras começaram e eles não sabiam que tinha sido aprovado e, então, foi feita audiência após o início das obras, porque a população brigou muito por isso a atual gestão reclama com razão, pois eles fizeram isso, porque não pegaram. Mas, assim, a gente não está aqui colocando partido ou governo. Nada! A gente está falando a gestão. “Quem não pode com pote, não pega na rodilha”. Então, se você assumiu a gestão, agora, assume os ônus, não é? Assume a responsabilidade por corrigir os problemas causados mesmo que sejam pelas gestões anteriores, então, as audiências foram depois, inclusive dados. Gente! Eu sou a doida dos dados georreferenciados, já pedi várias vezes e está no E-SIC, agora, pedindo mais uma vez. Por quê? Porque esses dados permitem eu colocar o traçado dos canais de esgoto, de drenagem e das estações de tratamento e consigo colocar em um sistema, no mapa, em um imagem de satélite e com uma capacidade de visualização, cada comunidade: “Myrna, olha aí como é que está a nossa região”, e eu posso ver o projeto, dou um zoom e a gente analisa claramente o que vai ser afetado e o que não vai e, mais ainda, a gente tem algumas denúncias de que lagoas estariam sendo aterradas nessa região por causa da obra, mas se não temos acesso a esses dados não podemos checar e dizer se isso está dentro do traçado e foi aprovado ou não, então, a gente precisa democratizar o acesso às informações sendo que existe um Portal Nacional do Licenciamento Ambiental que prevê isso e o colega do IBAMA pode falar melhor e existe também o desmonte da Legislação Ambiental, mas ninguém garante, quer dizer, não é necessário que Aracaju... Me perdi agora. Que aceitemos isso, pois Aracaju pode dizer: “Não, nós queremos um estudo, uma ocupação com bases e princípios, não terra sem lei”. Então, é possível também a democratização no acesso a esses dados os quais são dados públicos como o GERCO, Gerenciamento Costeiro, pelo qual estou brigando. Cadê? Quem viu? Tem mapa que vira cinco minutos em uma audiência, então, a gente precisa brigar e precisa do apoio de vocês da Câmara e da Assembleia para que, realmente, esses dados estejam disponibilizados de forma transparente e não que a gente tenha que fazer ofícios e e-mails, entradas e mais foco. Perdão! Pode passar. É meu desabafo, “tá”? Porque a gestão pública não pode ignorar o público que somos nós. Pode passar. E aí, em relação ao projeto a gente tem algumas,

seriam várias, mas algumas críticas rápidas por isso passaremos um pouquinho mais rápido, né? Quer dizer, não é você não, sou eu, por causa do tempo. A primeira questão é de análise de alternativas, logo, o estudo de impacto ambiental, simplesmente, não apresenta alternativas locais e não foram porque eles queriam que fosse assim e isso não é um estudo sério, porque um estudo sério precisa, realmente, identificar se existem alternativas tecnológicas e locais, pois as tecnológicas também foram visíveis, então, a gente tem problemas graves em um estudo no qual tem pontos importantes, mas tem pontos fracos. Pode passar. Pode passar também. Isso são fotos do estudo de impacto ambiental e ele reconhece o caráter sazonal, então, ele reconhece que as áreas vão ser alagadas temporariamente. E qual o problema dessa sazonalidade? É muito fácil aterrar uma área na época seca somente que depois à água vai para algum lugar e aí a gente reclama. Pode passar. O estudo também... Pode passar. Reconhece a causa dos alagamentos e, exatamente, essa questão da degradação dessas áreas que são as consequências dessas modificações, ou seja, planejamento na ocupação dos espaços. Pode passar. Perdão! Também reconhecem a própria incompetência da gestão, porque ele fala. Não é? Crescente expansão que segue sem revisão do plano de direção em 24 anos com ausência de planejamento urbanístico, carência de políticas públicas efetivas para infraestrutura, saneamento, ou seja, o próprio estudo de impacto ambiental reconhece que a prefeitura que quer implementar essa obra não fez o trabalho de casa, porém se fosse a gente levava zero. Meus alunos, aí tem alguns aqui?! Eu ia dizer: “Gente! Você vai passar raspando, se passar”. Pode passar mais uma, por favor?! De novo, em relação à incompetência da administração na questão que foram intensificadas essas ocupações para condomínios e isso foi licenciado, pois condomínios não brotam que nem plantas da restinga que tentam resistir, logo, eles são licenciados e aprovados pelo poder público, então, mais uma vez, a falta de pulso e, realmente, de ordem na casa. Pode passar. A minha pergunta é: macrodrenagem é a solução? Aquela questão, a gente já viu esse filme antes. Pode passar. E a nossa pergunta e o nosso jargão do nosso movimento é: Aracaju do futuro vai repetir os erros do passado? Além de uma questão básica, aqui onde a gente está é uma região de manguezais que foram os canais de maré utilizados e retificados com paredinhas lá para facilitar a drenagem, então, são canais que existiam nas áreas de manguezais e a cidade no processo de urbanização canalizou e na Zona de Expansão não tem, pois é restinga e a drenagem ali é lagoas, sistemas de lagoas, e criar um canal com impacto para o rio Santa Maria e o Vaza Barris não se justifica, a menos que você queira realmente drenar essas áreas e aterrá-las para ocupar.

Pode passar. E aí a gente tem algumas questões, porque o canal vai desaguar em uma área extremamente frágil. Pode passar. Que é a Prainha do Areal a qual você observa ali que tem um risco de erosão do talude e é uma região já naturalmente erodida e erodível, é um processo natural. Pode passar, por favor?! Eu acho que eu errei as fotos. Também é uma área de lazer da população e também área de pesca que atualmente... Não é Grazi? Estava falando que as pessoas não estão conseguindo chegar lá por causa das obras e é aquela coisa temporária que é permanente, então, se essas obras fossem na 13 de Julho ou nos Jardins já tinha terminado, porque ninguém ia fazer esse descabro na região dos bacanas. Desculpa, bacana assim, mas é carinhoso! Além disso, depois da gente gritar muito: “Gente, vai poluir, vai bater lá?!” “Não! Vamos fazer esgotamento sanitário”. Quem viu? Não vi ainda, estou tentando conseguir acesso aos projetos de lançamento de esgoto, então, eles vão criar no Porto da Zenza ali onde vocês estão vendo é o Porto da Zenza, eu não botei uma seta. Pode passar. Volta um pouquinho, por favor?! Duas vezes, duas fotos. Isso! Ali é o Porto da Zenza, está vendo? Então, se você olhar a gente vai ter uma região de muito pouco fluxo de volume hídrico, então, a tendência se você jogar esgoto vai ser a contaminação de um pequeno curso d'água que é pequeno, mas é importante para a comunidade e para os pescadores e também é importante como sítio de valor religioso tradicional, ou seja, é insensato, mas, além disso, uma outra alternativa seria pegar e fazer alguma forma de emissário que vai cruzar esse manguezal ou margear de qualquer maneira representando impacto, ou seja, mais uma vez, a prefeitura fez uma obra e um plano de esgotamento sanitário não sei como, porque ninguém viu e ninguém vê e sem que houvesse uma possibilidade de a população discutir e dizer: “Gente! Isso não é o melhor lugar.” Quem foi que decidiu que aqui e que esse era o melhor lugar para fazer? E se vocês olharem o mapinha que eu vi na SEMA não faz sentido, porque o traçado do esgotamento sanitário é uma coisa meio mística, mágica e não dá para entender a lógica e ele é alguns pontinhos aqui e alguns pontinhos de lá não tem seção de tratamento, ou seja, não parece sério e é uma coisa, extremamente, séria as implicações disso. Pode passar. Vou passar, então, o volume não vai ser suficiente. Pode passar. Então, acho que é isso que queria mostrar. Então, mostrando isso, está vendo? É uma região muito pequena em termos do canal de volume de água e aí a gente tem o rio do Sal e é isso que a gente quer, eu brinquei, e a gente vai criar um novo rio de Sergipe, mas antes de criar um rio de Sergipe nesses pontos a gente vai criar um rio do Sal, porque são rios com regiões e trechos com a dinâmica hídrica mais baixa e que a tendência é que esse esgoto e esses poluentes se

acumulem matando a vida, a subsistência dos pescadores e antes de matar contamina, porque aí vai ter gente passando mal por está comendo pescado e marisco contaminado, além disso, aquilo que eu falei que somente atende uma parte pequena da ocupação. Então, não é macrodrenagem e, não é a solução, seus problemas acabaram. Não! Vem mais por aí. “Tô” terminando, gente! Vamos passar. E aí, de novo a ideia, a água não desaparece e essa é a fisionomia. Isso! Volta, por favor?! É uma região que está sendo ameaçada atualmente e que daria uma ótima área de unidade de conservação, porque é um dos pontos que não coloquei aqui, mas o estudo do impacto ambiental e a legislação estabelece o recurso de compensação ambiental que é um percentual de cada obra e esse valor deveria ir para investir em criação ou investimento de unidades de conservação, porque o estudo decidiu usar o dinheiro da compensação ambiental em Itaporanga e Estância na RPPN do Caju, do CPTC, do Centro da Embrapa e a APSU que é um parque de papel que na prática não existe, logo, eu participei do conselho por anos e brigando à toa. Então, ela não desaparece e a gente vai ter problema, logo, eu tenho um vídeo de drone mostrando essa região e vou falar com ele mais um pouquinho na frente. Estou terminando, acho! E aí entra a questão da gestão ambiental e a gestão municipal é gestão ambiental. Como é que gestão ambiental está se dando? Precisa de instrumentos e a gente teve uma audiência na SEMA, segunda-feira, que fiquei horrorizada, porque a argumentação foi que aquela região ali que vai virar, essa última margem fixada, um grande condomínio da Laredo. Não podia falar o nome não, né? Eu falei, mas acho que não é somente, pois tem outros que vai virar um grande condomínio, porque foi licenciado e está sendo, estou tentando pegar os dados para entender esse licenciamento, mas o pessoal do licenciamento da SEMA, segunda-feira, falou que estão usando os dados e os mapas do MAPAJU que é a plataforma aqui que qualquer um pode procurar na internet e vai ter isso aqui que é o geral de Aracaju. Pode passar. Ali do lado tem os campos e aí vocês vão vendo que aqui são as áreas úmidas. Pode passar. Terreno sujeito à inundação do qual eu queria entender se é permanente ou sazonal e como é que eles mapearam isso, porque é somente um ali e percebam que toda essa região aqui somente aquele terreno é sujeito à inundação. Pode passar. Trecho de drenagem e os canais ali, brejo pantanoso na região em que estão ali que é em cima. Quase nada! Porque aí já é outro campo e é vegetação e, normalmente, a área alagada tem uma vegetação, então, é estranho você colocar em um ponto é área alagada e no outro ponto é brejo ou pântano, porque a vegetação está dentro da área alagada. Mais, tudo bem?! Pode passar. E a minha pergunta é: Esses instrumentos são adequados? A argumentação da SEMA é que

não podem fazer nada, porque é isso que eles têm e se eles negarem os empreendedores vão questionar judicialmente, mas é absurdo que a gente esteja licenciando com base em mapeamentos inadequados, porque aquela região em que estou mostrando ali é aquela região que ele pediu para gravar na imagem. Pode passar, por favor?! “Tá” vendo? Você tem uma região que é uma grande área e toda ela, extremamente, importante para a drenagem e ali tem como se fosse somente uma lagoazinha, ou seja, uma outra coisa. Pode passar. Mais uma?! Então, é isso aqui. Os técnicos da SEMA da atual ou da antiga gestão não foram a campo para ver isso? Eles não entendem que existe sazonalidade e que é importante monitorar a região na época chuvosa? Então, a gente tem instrumentos de gestão que legalizam processos de ocupação que são completamente insensatos para não dizer outra coisa. Pode passar. E aí, isso vai dar ruim, você tem um mapeamento inadequado e vai fazer um licenciamento também inadequado. Pode passar. E aí é isso! Observa que a propaganda não tenta nem esconder que a região é uma região natural, de vegetação e de drenagem importante, pois as propagandas mostram ali, claramente, que são regiões extensas ainda e que são raras na Zona de Expansão e, infelizmente, que deveriam estar sendo protegidas, mas que estão sendo ocupadas. Pode passar. Então, a destruição vai continuar? Aparentemente vai. Pode passar. E aí o que a gente está tendo é isso e essa audiência é muito importante para que todo mundo estivesse aqui, os nossos vereadores estivessem aqui ouvindo e dialogando conosco e não somente vocês, não desmerecendo a importância de vocês, porque é uma causa que deveria... É que nem coisa, quem mais precisa ouvir não está lá e a gente tem essa questão de que a gestão pública está gerindo o ambiente público para o interesse privado e não para o interesse público, mas as consequências vão ser para nós e nós vamos pagar o preço de uma maneira ou de outra seja através da casa que a gente perde, do marisco que contamina, do pescado que diminui ou do custo de vida que aumenta, porque esse processo também é um processo de gentrificação e de limpeza, porque vamos botar somente os ricos aqui, os bacanas na beira do mar e o pescador não, agora, vocês vão dar um dinheirinho ali. Isso é vergonha, mas desculpa! Vocês vão falarem sobre isso e o poder público também, porque toda indenização, toda obra e reforma sai do bolso nosso. Pode passar. E aí somente para fechar achei muito interessante o título do evento e acho que é importante analisar as palavras e não sou de linguística não, mas eu gosto muito dessa interpretação de texto, então, responsabilidade socioambiental é extremamente importante, porque o termo responsabilidade implica em identificar quem são os responsáveis e também responsabilizá-los, eu diria não sou advogada, também judicialmente, porque você

pegou no pote, assume, quer dizer, pegou na rodilha. Ah, sei lá gente, esqueci! Vocês entenderam? Responsabilizá-los. Pode passar. Mais uma coisa, órgãos públicos, então, é importante identificar esses órgãos e não colocar tudo no colo da SEMA, quer dizer, a gestão municipal como eu mostrei antes é um complexo, então, é importante entender que não adianta ficarem um órgão contra o outro, mas todos são responsáveis e corresponsáveis para uma gestão ambiental adequada para todos e para o conjunto da sociedade. Pode passar. Mais um! E não é somente o rio Vaza-Barris e o Manguezais, são sim, mas tem muito mais em jogo e em perigo, pois todos os ecossistemas costeiros e as populações tradicionais que vivem lá estão sendo, sim, ameaçadas. Pode passar. E, por último, mas não menos importante os parabéns, mais uma vez, à vereadora Sonia Meire e parabéns também pela presença da deputada Linda Brasil, mas a gente precisa ouvir qual é a posição dos demais, porque essa questão ambiental transcende e supera a questão partidária ou pelo menos deveria ser se são representantes, realmente, de um interesse comum. Pode passar. Eu acho que acabou. Ah, sim! E se a gente não se organizar a destruição vai continuar, assim, se a gente não se organizar, então, acho que a gente precisa fortalecer esse movimento e agradecer o espaço que é dado aqui, Salvemos o Vaza-Barris, e não repetamos os erros, acho que terminou. Mais um? Foi. Então, tem meu contato estamos na luta, uma amiga minha é aposentada, mas não desocupada e estamos na luta. Um grande abraço! Obrigada e desculpa eu estourar o tempo.

#### **PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SÔNIA MEIRE – PSOL**

Obrigada, nossa professora Myrna, pelas suas contribuições e pela disposição da luta sempre e quero chamar, agora, outras vozes da comunidade a nossa representante aqui das marisqueiras. Quer ir logo agora falar? Então, Graziela, que é uma lutadora também que falar daqui ou daí? Daí, pronto, fique à vontade! Somente liga o microfone, Graziela, ela faz parte do movimento de Marisqueiras de Sergipe e vai falar um pouco e se apresentar, mas uma pessoa que tem lutado muito pelo direito à vida naquela região. Então, cinco minutos, Grazi, e aí a gente te avisa um pouquinho e vamos seguindo. Obrigada, viu?! Por estar aqui com as companheiras também e companheiros. Obrigada.

#### **GRAZIELA DOS PASSOS – MOVIMENTO MARISQUEIRAS**

Boa tarde a todos e a todas! Chamo-me Graziela, sou uma das coordenações do movimento de Marisqueiras de Sergipe e também faço parte do Salve o Rio Vaza-Barris. Então, gente! Como foi mostrado no vídeo esse impacto é irreversível e não somente para os pescadores e marisqueiras as quais represento na minha comunidade Mosqueiro, mas também para nossos manguezais e para a nossa natureza, porque é um impacto muito forte para nós pescadores e marisqueiras que pescamos e mariscamos naquela região da qual dependemos para se sustentar da pesca e do marisco por isso a chegada dessa obra de macrodrenagem já causa um impacto muito grande para a gente pescadores e marisqueiras e não somente pela destruição em massa que foi do nosso manguezal. Como foi dito, a comunidade não foi consultada e a gente acordou com as máquinas destruindo nosso mangue que nós pescadores preservamos durante décadas e vê aquela imagem foi muito forte mesmo da qual a gente nunca vai esquecer e também ver nosso porto que é onde a gente encosta nossos barcos e o nosso momento de lazer que nós pescadores e marisqueiras estamos perdendo, além de os outros portos que já perdemos, e somente existe um agora que é o nosso Areal o qual está sendo também ameaçado, porque a macrodrenagem começou pelo fim e ela cortou a nossa passagem. Então, pescadores e marisqueiras para passar com nossos motores de rabeta tem que passar por dentro do canal, porque ele ainda não foi aberto, mas já está prejudicando a nossa passagem, pois passamos com bastante dificuldade por ele como vocês viram na imagem que já existe um acúmulo muito forte de dejetos dentro dele e está sendo muito difícil para nós que somos moradores dali e eu não estou falando somente do marisco e do pescado, pois essa macrodrenagem vai afetar profundamente nosso rio tão sofrido, porque já tivemos um derramamento há alguns anos de uma barragem de carcinicultura em São Cristóvão e teve uma mortandade imensa e está aqui meu tio que não me deixa mentir, mortandade imensa de caranguejo, e ninguém foi penalizado por isso. Também tivemos derramamento de óleo que indiretamente afetou nosso rio, sim, nós pescadores e marisqueiras ficamos impossibilitados de vendermos nossos mariscos e não tivemos ajuda de órgão nenhum e, agora, vem a chegada dessa macrodrenagem fazendo isso com a gente pescadores e marisqueiras e ninguém e nenhum órgão, não quero saber e não vou dizer que foi órgão tal que está prejudicando a gente e o nosso rio tão sofrido, mas a gente estamos aqui pedindo e eu estou aqui hoje representando meus pescadores e minhas marisqueiras pedindo socorro e que pena que a prefeitura não está aqui para poder pedir o que ela prometeu em uma reunião lá na escola Leonor Telles que seria a passagem de uma mini ponte por cima do canal e eu estou vendo que não foi feito nada,

porque até aquele pedaço já está pronto e somente está esperando o que vai vir e não foi feita essa passagem e a gente está sofrendo com isso e como eu falei que não tem como a gente não mudar esse ciclo que está acontecendo e, agora, essa obra de destruição que eu chamo desse jeito que vai acabar com nosso rio, pois eu estou vendo que o nosso rio vai se tornar o rio Sergipe. Não é? Não vai ter tratamento nenhum que dizem que vai ter, mas eu digo para vocês que nós temos consciência, nós pescadores, que vai acabar também com nosso turismo, pois temos ilhas maravilhosas como a Croa do Goré e a Ilha dos Namorados que vai ser prejudicada, sim, diretamente vai prejudicar o pessoal dos bares, os banhistas e o turismo. Então, é isso gente! Queremos pelo menos da prefeitura uma resposta. Cadê nossa passagem, a passagem dos pescadores? E nosso rio Vaza-Barris está pedindo socorro. Desculpa! Eu disse que ia me controlar. E, é isso! Nós pescadores e marisqueiras a gente sabe que essa canal que está vindo, infelizmente, no começo vai ter fiscalização, mas depois a gente sabe que vão interligar esgoto. É esgoto, certo? Não é água, é esgoto e vai prejudicar o nosso rio Vaza-Barris e vai matar, não vai matar somente o rio, não, vai matar a vida de muitos pescadores e marisqueiras que dependem e eu não estou falando de mim, porque eu posso muito bem trabalhar faxinando em um daqueles condomínios lá e não estou falando de um irmão meu que pode trabalhar no jardim nessas casas e nesses condomínios que estão sendo feitos na Zona de Expansão, não, eu estou falando de pessoas que realmente não sabem fazer nada, além de mariscar e pescar, eu estou falando de meu tio que está assentado ali, porque a única coisa que não tem é estudo e a única coisa que ele sabe é pescar, sair 4 horas da manhã sem tomar café e chegar à tarde e o peixe que pegar o pouco é vender para sustentar os filhos. Eu estou falando disso. Obrigada, pessoal! Desculpa.

#### **PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Então, toda a nossa solidariedade sempre às marisqueiras, às famílias e aos seus filhos e filhas que sofrem as consequências de tudo isso também naquela região por isso acho que cada fala aqui vai trazendo elementos que, ao final, a gente vai resgatando aqui com à Mesa para podermos dar direcionamento. Dando continuidade, eu gostaria de chamar a nossa querida Marta Salles para fazer uso da palavra sobre a importância do reconhecimento das comunidades e povos tradicionais marisqueiras, comunidade terreira e a situação que vocês estão enfrentando. Quer agora? Onde você quiser, Marta. Aqui?! Enquanto Marta está aqui subindo quero fazer o registro da doutora Manuella Vergne, presidente da Comissão Especial do Rio São Francisco da OAB, representando

aqui doutor Daniel. Muito obrigada! A gente tem muito o que conversar, porque são muitas questões que aqui estão postas. Né? Também da senhora Karina Drummond, coordenadora geral dos Comitês das Bacias Hidrográficas de Sergipe. Obrigada por estar aqui! Quero também registrar a presença de outros moradores e moradoras dos Bairros de Areia Branca, do Robalo e de Matapuã que também estão aqui.

### **MARTA SALES – INTEGRANTE DA CASA DO MAR**

Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Eu também estou me recompondo, porque cada vez que a gente troca conversa, dialoga e que eu escuto Grazi sempre me emociono, porque ela tem me feito chorar inúmeras vezes nos nossos encontros. Saudar todas as pessoas aqui presentes, à Mesa na pessoa da professora vereadora Sonia Meire, deputada Linda Brasil, todos os presentes também parabenizar e agradecer a professora, por essa audiência. Eu fiz questão de subir, pois poderia ter falado dali também, porque nossa presença ela é incômoda, invisibilizada, porém incômoda, então, quando eu subo é para demarcar essa presença não somente aqui, mas nesse território e falar dessa presença de povo tradicional naquele território e quando a gente fala do território de forma ampla o qual chamam de Zona de Expansão e aquele território que eu falo mais especificamente agora por Areia Branca que é onde nós estamos localizados e, o terreiro está localizado, eu falo como mulher de terreiro e como povo tradicional de terreiro e a luta ambiental, assim como a questão ambiental não perpassa somente pelo aspecto religioso, porque nós somos um povo que se soma a outros povos tradicionais os quais são beiradeiros, originários daquele território, marisqueiras e pescadores. A gente tem visto um projeto de desenvolvimento de cidade, vou fazer 60 anos, e a gente está falando de um futuro, professora Myrna, e o lema do movimento fala de um futuro repetir o passado e, vou fazer 60 anos, considero um tempo muito curto de um futuro que já está aqui do que eu vi na minha infância, pois eu tomava banho ali na na 13 de Julho em uma comunidade de pescadores e, a 13 de Julho era uma comunidade de pescadores, o bairro Industrial era uma comunidade de pescadores. Era não, é? Atalaia, então, eu vivi tudo isso desde minha infância e tomávamos banho naquele rio Sergipe, Praia Formosa, as margens de um rio que também tem ali o fluxo e a confluência dessas águas de rio e mar e, agora, ali em Areia Branca que também cresci indo para aquele território com o meu pai e a gente frequentava ia muito para aquele território e, ele tinha muitos amigos pescadores naquele território, hoje estou lá no território com o terreiro de candomblé vendo uma ideia de progresso de uma cidade que sequer não discute e, não

tem um plano diretor como já foi falado aqui, não pensa o avanço dessa cidade e o desenvolvimento, aspas aí na ideia de desenvolvimento, sem considerar sua população e às pessoas. Então, quando Aracaju foi transformada aquela região foi transformada em bairro na hora e aí não somente como pessoa de axé e como antropóloga também a gente viu o bairro São José dos Náufragos, bairro Areia Branca, bairro Matapuã, bairro Mosqueiro e aquilo foi um impacto muito grande e até hoje eu somente chamo povoado Areia Branca e, acho que todo mundo aqui que é da região somente chama de povoado, eu acho que vamos persistir chamando povoado, porque isso diz muito e não é somente uma mudança de nome, não, é somente uma mudança de povoado para bairro e isso fere e interfere no modo de vida, pois estamos há oito, nove anos lá na comunidade e nesse pouquíssimo tempo nós já vimos a transformação e a mudança no modo de vida daquela população tradicional que para nós povos de terreiro, porque estamos vendo a região ser toda tomada por obras, enfim. A preocupação maior é com a questão ambiental, sim, o bioma daquela região todo sendo afetado, pois quando a gente procura plantas e ervas para nós que dependemos intrinsecamente da natureza por ser de terreiro é uma luta ambiental constante, porque nós dependemos da natureza, então, a gente vai acessar os acessos ao rio e à água a questão da vegetação que é necessária e a gente está vendo tudo isso ser transformado e modificado, então, isso tem nome também e a gente precisa ser muito claro e dar nome às coisas: “Racismo ambiental”, e ele precisa ser dito e as coisas precisam ter nome, ser nomeadas, pois estamos vivendo naquele território um processo de racismo ambiental em que no nosso caso também se soma ao racismo religioso quando nos invisibilizar, não reconhecer as nossas práticas e os nossos saberes e, quando falo nossos é de todos nós povos tradicionais daquela região, o quanto essa ciência que vem desses povos é capaz de salvaguardar aquele território e aquelas águas também de proteger o meio ambiente. Então, isso não está sendo considerado, pois não nos dão acesso e não temos o direito, assim como as políticas públicas também não chegam e quando chegam não pensam sobre quem vive naquele território, então, essa é a ideia de desenvolvimento que desconsidera completamente, falo sem medo de errar, a população beiradeira, porque Aracaju é entrecortada por água nós somos um povo beiradeiro em sua essência por isso precisamos reiterar isso e lembrar disso, então, é o último rio que nós temos em condição de navegação e de banho e não vai virar um rio apenas para ornamentar as janelas das pessoas que estão indo para lá ocupar o território, morar lá e fazer foto para postar no Instagram, pois se depender de nós vamos lutar por ele e estamos aqui para isso e aposentada, sim, mas na luta sempre professora Myrna.

Muito obrigada a todos! Axé! Saudo minha ancestralidade, a todos e a irmandade presente. Perdoem-me que comecei tão nervosa que não salvei a vocês. Obrigada.

### **PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Muito obrigada, Marta, Axé para nós e vamos que vamos! Eu gostaria, agora, de chamar senhor Leonardo para que ele pudesse também aqui colocar os dilemas que tem vivido. Senhor Leonardo, o senhor vai falar daí ou de cá? Pronto, pode vir! A população tem vivido muitos momentos, não é? Como vocês estão vendo que ultrapassa e queria somente dizer, antes de o senhor Leonardo falar, que ninguém encontra, porque não existe e para a obra acontecer não há nenhuma caracterização de quem são as pessoas que viveram e vivem na comunidade. Não existe! Então, para a obra acontecer não existe nenhuma visibilidade de quem construiu e constrói esses territórios somente para a gente e às pessoas que estão na Mesa também entenderem esse processo de destruição, porque primeiro tornou invisível por isso que não tem audiência pública participativa, tem “faz de conta”, porque é preciso dizer que não existe nada ali para depois não dizer que foi destruído. Senhor Leonardo, por favor?!

### **LEONARDO PASCHOAL – MEMBRO DO MOVIMENTO “SALVEMOS O VAZA-BARRIS”**

Muito boa tarde! Eu estou emocionado com essas falas. Desculpem! Mas, eu sou um adolescente de 64 anos de idade e, moro na rua Taubaté há 26 anos, tenho visto o que está acontecendo lá e quero, inclusive peço desculpas pelo meu estado aqui, saudar essa sua iniciativa, Sonia Meire, a presença de Linda Brasil também que desde que a gente começou esse movimento Salvemos o Vaza-Barris estão sempre lá presentes, saudar também aqui à Mesa e esse grupo seletivo de pessoas, mas tem um ditado que eu já ouvia desde criança e de pivete como dizia lá em São Paulo e, vivi em São Paulo quase 30 anos, eu estou aqui há 26 anos, mas a minha formação foi toda lá e a gente elegeu Areia Branca a dedo, pois nós queremos morar aqui, porque chega de correria, de prédio, de não sei o quê e de trânsito. Então, nós temos aqui, mas também eu sou representante do movimento Salvemos o Vaza-Barris, apenas mais um, mas viemos, na verdade, a gente veio a convite para criar um jardim de infância de pedagogia Waldorf, pois sou pedagogo Waldorf, administrador e outras coisas que também foi prejudicado por essa obra, pois depois o jardim acabou no final de 2024 e nós criamos para manter receita, não sou aposentado, uma pousada que também está sendo muito prejudicada, porque agora lá a rua é uma poeira vermelha, uma coisa horrível e abominável, logo, os

caminhões passando um atrás do outro a toda hora, então, como consequência dessa obra a rua Taubaté por ser larga está sendo utilizada desde o início da obra em junho de 2024 para escoamento dos caminhões, as retroescavadeiras e tal, fora isso, quando passou mesmo a colocação dos tubos enormes lá é que foi um transtorno de derrubada de árvores, vibração, barulho e de adiantamento dos horários, pois tinha dia que ficavam trabalhando até às 9 horas da noite. O que acontece agora que a gente ouve? “Olha! Agora, que nós estamos aqui está melhorando, agora, não tem mais isso e não tem mais aquilo”, mas de todo jeito a coisa não está boa e o ditado que eu ia falar é isso: “O que começa errado termina errado”. Eu espero que nós consigamos de uma maneira ainda milagrosa amenizar o problema, porque é uma tragédia e uma coisa horrível e eu queria trazer também em relação a tudo que já está acontecendo, porque já foi falado e colocado que a tragédia é iminente. Por que não para, pelo amor de Deus?! Vamos pensar isso de novo. Então, ela começou errada porque não fomos comunicados e, assim, eles chegaram e passaram a boiada e, vocês conhecem bem essa frase, passaram a boiada, porque essa obra não tem, sabe, uma perspectiva ao menos do meu ponto de vista e se não houver uma intervenção séria agora... Olha! Vamos acordar, pelo amor de Deus, pelo que está acontecendo e olhar os exemplos do mundo e do Brasil, pois está na cara que vai dar errado e que vai poluir o rio. Então, sabe, vai fazer o quê? Vai esperar o mundo acabar para depois construir outro? De que jeito? Enfim, com esse movimento nós entrevistamos moradores e acompanhamos desde o começo, tenho “Ns” vídeos que falam sobre essa coisa e somente queria, antes de terminar, falar um pouquinho do Salvemos. Vejam! Eu estou falando da minha vida pessoal como morador, mas o que está acontecendo ali desde que começou tenho acompanhado o movimento mundial e essa obra é sionista, fascista e tem esse cunho que já foi falado aqui que ela é racista, invasora, opressora, ela está... O que está acontecendo ali? Um movimento parecido com o que acontece, por exemplo, na Palestina, porém somente não estão jogando bomba em criança. Mas, o que acontece ali? Eles chegaram e destruíram toda a natureza sem pensar nas árvores, nas pedras, na composição, na configuração local mineral e nem vegetal e muito menos animal, pois muitos animais já sofreram com isso e é uma grande extensão de terra que eles estão destruindo, mas o principal de tudo foi o que a Grazi trouxe, logo, imagina uma pessoa simples que sonhou com a sua casa própria e passou décadas construindo a mesma e construiu todo um sistema cultural e chega, agora, uma obra que invade, expulsa aquela pessoa dali e não o indeniza corretamente, porque a prefeitura não está indenizando o terreno se não tiver escritura e aquela pessoa

é obrigada a sair dali, então, jamais vai conseguir comprar um terreno ali perto, porque a valorização em função da especulação imobiliária é enorme e aquela pessoa perde uma vida inteira, porque ela vai ter que ir lá para o fim do mundo, para o Japãozinho e não sei para onde, pois não dá para ficar ali mais, então, imagine o transtorno que é uma pessoa perder um sonho e a vida do lugar que escolheu para morar e tem que sair dali. Então, entre outras coisas é mais ou menos isso e os transtornos das obras são constantes, porque é caminhão derrubando internet, energia elétrica, fazendo barulho, os muros caindo e as crianças, a gente trabalha com essa pedagogia Waldorf, ouvindo aquela barulhada e todas as famílias indo embora, porque a rua está intransitável, pois não chega carro, polícia, Uber e não chega ambulância, então, aconteceram muitas coisas esse ano e nesses dois anos e, agora, é muito fácil alguém chegar e falar: “Olha! Agora nós estamos resolvendo não sei o quê”. Não estão resolvendo nada! Não estão resolvendo nada, na verdade, o que já aconteceu de ruim? Bom! Enfim, trocando em miúdos é isso, os problemas. Somente eu queria dizer que o Salvemos o Vaza-Barris começou com quatro pessoas preocupadas, assim, porque a obra começou em junho e muitas pessoas se juntaram parlamentares, profissionais, geólogos, professores da UFS e, enfim, o grupo cresceu advogados. Graças a Deus! Então, a nossa intenção é dar mesmo e pôr resistência ao que está acontecendo para não acontecer à tragédia maior e esse grupo já participou de várias coisas, já construiu e participou de quatro audiências públicas, inclusive, essa última que teve lá no Florentino Menezes e já foi duas vezes ao Ministério Público também já levou representantes do Ministério Público Federal lá e já foi duas vezes para o Tribunal de Contas do Estado, bem como levou, inclusive, a presidente dessa entidade Suzana Azevedo lá para ver o estrago que está acontecendo e ela foi para a COP30 através da Sonia Meire e da minha filha a vereadora em São Paulo Amanda Pascoal e ela participou de coletas de lixo com Anjos do Rio. Enfim, tem feito muita coisa como o Fórum dos Povos Tradicionais onde fomos lá e participamos, tem uma outra coisa aqui, a Conferência Nacional do Meio Ambiente, na UNIT, no ano passado com a primeira moção pública, enfim, é uma coisa que está atuando e todos voluntariamente. Graças a Deus que existe esse grupo! Quem sabe a gente consegue conceber o milagre de não acontecer uma tragédia maior por isso eu espero que dê tudo certo. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Obrigada, senhor Leonardo! Nós vamos fazer o seguinte agora: vamos passar para à Mesa para poder dar uma agilizada aqui e ouvir nossas pessoas convidadas representando as instituições que também têm suas atribuições e têm acompanhado de certo modo o que vem acontecendo em toda essa região e aqui foram citados vários pontos que não é somente responsável e não é somente de responsabilidade de Aracaju, porque tem também São Cristóvão e outros municípios por onde também margeia o Vaza-barris, tem a questão da carcinicultura, dos condomínios, o programa aí de Zona de Expansão e expansão para quem e para que, tem as mangabeiras que têm perdido sua condição de cata de mangaba, de murici e tem a questão da infraestrutura, além do projeto de macrodrenagem que é com a IGUÁ o qual é outro processo também que tem que estar na roda e na discussão em toda essa região, também tem a problemática aí que tem sido discutida e colocada aqui do racismo ambiental e do desenvolvimento para quem também em toda essa região, da defesa das espécies e cada entidade aqui tem sua atribuição. Quero dizer que a SEMA foi convidada por nós pessoalmente e a secretária justificou no dia que não poderia estar hoje, porque ela está fazendo uma cirurgia, mas a audiência está sendo gravada e, ela poderá escutar depois, a gente vai continuar a nossa luta também junto à SEMA sempre. Certo? Vou passar aqui agora para à Mesa. Você quer fazer uma... Sim! Você está inscrita aqui já, então, pode sim. Pode ser, aperta o botãozinho aí, por favor?!

#### **KARINA DRUMMOND – COORDENADORA-GERAL DO FSCBH**

Obrigada! Para quem não me conhece meu nome é Karina Drummond e eu sou ativista social-ambiental e a gente tem grata felicidade também e atualmente estou como coordenadora do Fórum de Bacias Hidrográficas do Estado de Sergipe, mas nessa pauta específica nós estamos neste ano comemorando 20 anos de luta social-ambiental em se tratando daquela região e aqui eu fico muito feliz em ver nessa Mesa o doutor Sandro Costa, porque foi através deste senhor que estava aqui no município de Aracaju e com o qual nós iniciamos as tratativas sobre a questão do desenvolvimento desordenado da Zona de Expansão de Aracaju e a partir daquele momento no MP se abriu os debates em que o doutor Sandro muito sabiamente e entendendo que não era somente uma questão de conhecimento do MP e da área nos ensinou o que era, inclusive, um Plano Diretor e Estatuto da Cidade e se hoje eu sei o que é um Plano Diretor foi porque dentro dessa Casa que tem registros dessa luta de 20 anos. Desculpem! Porque vocês vão entender e doutor Sandro sabe o que eu estou falando, pois passei por duas ameaças de morte e,

hoje, eu vou abrir aqui publicamente, porque, às vezes, as pessoas não sabem o que é essa luta. Linda Brasil, meu amor, obrigada! Gente, tudo que vocês estão discutindo aqui a deputada Linda Brasil a partir do momento que o nosso jurídico era o doutor Cristiano Barreto, casou com a doutora Lívia Tinoco que não pôde mais ser o nosso jurídico do Combase, abriu as portas do seu gabinete e colocou o doutor Jean para assumir o processo que está no TRF-5 no qual tudo isso que está sendo discutido aqui, sabiamente, através do doutor Jean que conseguiu manter uma decisão no TRF-5, dia 21 de janeiro, garantindo a obra de esgotamento sanitário para toda aquela região. O que é que acontece? Nós não temos recurso para fazer ecoar as decisões e eu estive aqui, tem um movimento Lagoa Doce, e já estive lá no bairro de Jabutiana também em um tempo que coloquei levando até essas decisões da Zona de Expansão como exemplo. Quantas vezes a gente pedia? Está aqui o nosso querido do Mosqueiro News pedindo apoio e pedindo ajuda e, somos ativistas, temos essa decisão que se todos nos unirmos, porque está no TRF-5, sim, e conseguir fortalecer ainda mais essa luta o Fórum de Comitês de Bacias Hidrográficas, Comitê do Rio Sergipe, Comitê de Japaratuba, do Piauí e também Comitê do Baixo e do Foz e, hoje, de manhã o do Sergipe estava reunido e a gente estava tratando sobre essa questão. Para concluir, vereadora, não é somente o Vaza-Barris, pois nós temos ali o Sergipe, o Poxim e nós temos o maior aquífero no bairro Santa Maria e temos também essa questão do Poxim, porque é o que mais atende esse âmbito e um dado importante demais para vocês que estão aqui ativistas, marisqueiros, pescadores, comunidades tradicionais e todos me coloco à disposição, pois foi feita uma perícia federal na Zona de Expansão de Aracaju e é em cima dessa perícia que a gente se agarra para defender que essa obra está errada e não é o que a gente defende, porque essa obra não é sustentável e não traz sustentabilidade para a nossa região somente que chega um momento que vai para uma esfera jurídica na qual estamos sozinhos. Gente! São 20 anos sozinho. Desculpe! Mas, não tem como ouvir e, às vezes, escutar nos bastidores o que a gente está fazendo em determinadas situações. É um desabafo! Hoje aqui é uma cidadã, porque quem conhece a nossa luta sabe do nosso compromisso. Deputada, muito obrigada! Porque se hoje temos um jurídico defendendo essa decisão da Zona de Expansão o qual é o maior processo judicial do nosso estado devemos, no caso nós que participamos do polo ativo da ação e nem sei doutor se é polo ativo ou polo passivo, ao MP que nunca soltou as nossas mãos, ao MPF e à Justiça Federal que em uma decisão de 864 páginas deu todos os direitos em Sergipe através da doutora Thelma Maria que merece o nosso aplauso, mas que infelizmente em uma única página

foi colocada aquela decisão de água abaixo e agora, hoje, a nossa luta está no TRF-5. Desculpe, até quebrar o protocolo! Mas, é que eu acho que esse era algo que precisava ser compartilhado, pois vi e peço desculpa, porque essa é uma angústia que veio de alguns dias e que estava vindo para a tona nas nossas reuniões de plenária e o doutor Jean pode depois passar para as senhoras com maestria e também para doutor Sandro e para o Cássio, pois esse aí, esse cara, sabe bem o que é que está passando naquela região e o quanto que ele recebe lá no IBAMA. Muito obrigada a todos.

### **PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Obrigada, Karina! A gente conhece essa história e a sua luta também, inclusive, esse projeto foi entregue ao Ministério Público Federal que mandou para uma avaliação técnica em Brasília e nós já tivemos na iminência de solicitar e, já solicitamos períodos atrás, a suspensão da obra e, nunca foi possível, a doutora Gisele disse para nós que não tinha como porque se ela pedisse ia ser negada e poderia ser pior a situação e quando chega no 5º acaba-se os processos. Então, é uma luta que tem que ser política, jurídica e política e é organização social, porque se depender somente do jurídico a gente não consegue vencer, mas eu creio que as instituições aqui podem muito contribuir para avançar em outros pontos, porque a gente ainda não está conseguindo que os órgãos entendam a necessidade de parar com os licenciamentos e de parar com outras, porque a obra não vai ser suspensa isso a gente já sabe que ela não vai ser suspensa. Isso! Então, mas a gente precisa trabalhar com pontos que podem minimizar os impactos e outros que podem ser também transformados no processo e outras áreas que precisam ser conservadas com urgência, porque senão não teremos saída. Eu vou passar agora a palavra. Vou começar de lá para cá, pode ser? Começar pela ADEMA e depois passo para os próximos. Então, vou começar pelo senhor Luiz Carlos. Pode apertar, isso! O senhor pode falar daí e pode fazer uso também do púlpito, como quiser. Está desligado, eu acho?! Está ligado? Pronto.

### **LUIZ CARLOS SOUZA – GERENTE DE RECURSOS HÍDRICOS DA ADEMA**

Boa tarde pessoal, senhora e senhores. Vereadora Sonia Meire, obrigado pelo convite à ADEMA e a essa audiência esse evento tão importante para a nossa cidade onde nós temos aqui pessoas com bastante interesse no tema e a relevância que ele traz ao trazer nessa Mesa os órgãos públicos, os de fiscalização e também as pessoas interessadas não somente nessa obra, mas no desenvolvimento da região que é o mais importante, porque acredito que a sustentabilidade da região da Zona de Expansão é o

cerne da questão. De que forma essa sustentabilidade vai alcançar o êxito necessário para que todos tenham uma plenitude em termos de qualidade de vida? Eu acredito que seja dessa forma trazendo para o debate e para a discussão um tema tão frágil como é o caso da macrodrenagem da Zona de Expansão de Aracaju, pois todos nós sabemos e aqui já foi colocado o quanto Aracaju é frágil em relação ao seu sítio, porque Aracaju é uma cidade que foi implantada em um sítio plano diferente de outras regiões e de outras cidades do Brasil como Salvador e Rio de Janeiro, então, nós temos uma cidade plana, portanto, se faz necessário ter cortes nessa sua planitude para que essas águas sejam drenadas, pois Aracaju é uma cidade com solo frágil, porque aqui nós tivemos no início da sua ocupação tanto áreas de restinga, apicuns, mangues, ou seja, a estrutura do solo de Aracaju é relativamente frágil e nós temos uma capital de um estado meramente pequeno, porém em pleno crescimento e como temos apenas 181 quilômetros quadrados de área com iminência de perder mais um pedaço desse 181, pois às ocupações desses espaços se tornam necessárias, porque a população não para de crescer e a expansão populacional é iminente. Então, por conta desses fatores a gente percebe essa desavença em relação a esse crescimento desordenado, logo, nós estamos em pleno século XXI e nós estamos com equipamentos e com ferramentas apropriadas para crescermos com sustentabilidade e inteligência. E por que a gente não adota isso? Nós temos paradigmas em vários lugares onde a estrutura era semelhante em que aconteceu fatos os quais desagradaram esse crescimento e essa forma de expansão. Por que a gente tem que repetir? Acho que a gente pode muito bem trabalhar em cima de conteúdos fortes para que a gente tenha um rio ou uma região fluvio-marinho com segurança. Bom! O que é que a gente pode falar dessa região em relação ao problema? Primeiro, a gente viu aqui no cartaz e isso vem sendo colocado que o rio pode morrer por conta da emissão de esgotamento sanitário. Bom! Se a gente tem os canais que cortam a cidade e recebem os esgotos das regiões onde não tem coleta e tratamento isso é possível de acontecer, então, a primeira solução seria implementar políticas de coleta e tratamento de esgoto em toda a região e isso é fato, é necessário e isso é sobrevivência, porque a gente não pode ter uma cidade como Aracaju com apenas 40 a 60% da sua área ocupada por coleta e tratamento de esgotos. Não! Tem que estar em toda a cidade e se a gente conseguir levar esgotamento sanitário para a região da Zona de Expansão a gente somente vai ter água pluvial drenando nesses canais e isso é um ganho, porque as águas pluviais vão ser coletadas pelas galerias de águas pluviais, alimentar os canais e dos canais vão drenar os rios somente com água pluvial sem matéria orgânica e isso é um ganho também para o

rio que vai se manter caudaloso, porque é importante para a biodiversidade e para o turismo, então, essa qualidade das águas começa por um sistema de coleta e tratamento de esgoto adequado. Então, pessoal! É fundamental que a gente tenha essa visão de futuro e não é somente querer criticar o presente, pois a gente tem que apontar soluções e talvez a alternativa ideal passe por aí por isso não adianta a gente querer apenas aterrar as lagoas ou ocupar os espaços se a gente não drenar essas águas, pois aquela região é frágil e, volto a dizer, é necessário haver escoamento das águas, porque do contrário toda a estrutura imobiliária ali construída vai ser prejudicada e é necessário que a gente faça isso e crie os canais, porém com sustentabilidade e que os canais venham apenas com água pluvial, pois é para isso que ele é concebido e não com esgotamento sanitário. A ADEMA tem um papel de licenciar e monitorar as águas e esse é o papel da ADEMA e ela faz isso, agora, o papel de ocupação dos espaços da forma como está sendo feito não é papel da ADEMA, então, eu estou falando aqui enquanto à ADEMA e o trabalho que ela executa que é de monitoramento das águas e aí a gente tem a ver com a questão da presença de matéria orgânica nessas águas e tem também a responsabilidade do monitoramento por isso é uma pena que em uma Audiência Pública como essa tão importante, com um tema tão rico e com pessoas tão brilhantes aqui a gente possa não poder expandir mais e debater mais sobre tudo isso e espero que a gente consiga fazer uma audiência pública com um tempo inesgotável, talvez seja o nosso sonho. Muito obrigado, professora! Muito obrigado mesmo.

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Então, muito obrigada, senhor Luiz! Nós teremos outras audiências nos próprios bairros e vamos convidá-los, porque fizemos algumas com a comunidade organizando fora desse ambiente, mas a comunidade organizando também organizaremos outras para discutir, inclusive, essa questão que o senhor traz aqui.

**MYRNA LANDIM – INTEGRANTE DO MOVIMENTO “SALVEMOS O VAZABARRIS”**

Sonia, sou eu, perdão! Questão de ordem, não sei se é possível, mas é uma solicitação para ADEMA, pode ser?

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Você pode fazer ao final, pode ser?

**MYRNA LANDIM – INTEGRANTE DO MOVIMENTO “SALVEMOS O VAZA-BARRIS”**

É do que ele falou agora, rapidinho, e é porque ele falou da fiscalização e a ADEMA somente tinha um ponto de coleta e tratamento de água do Rio Santa Maria e Vaza-Barris e não sei onde é que ele está, eu acho que é Santa Maria, e eu não vejo mais esse ponto, logo, a gente vê com o adensamento que o senhor está falando a necessidade de monitoramento permanente em mais de um ponto dessa região também a gente na SEMA falou sobre isso que disse que não tem pessoal para isso, mas que a ADEMA tem e realmente tinha. Então, há possibilidade nessa atribuição de fiscalização de aumentar o monitoramento e a transparência e disponibilizar para à população o acompanhamento? Porque é importantíssimo antes da entrada em funcionamento desse canal, supostamente, de água pluvial.

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Essa é uma indicação e um registro da comunidade em relação a essa região.

**MYRNA LANDIM – INTEGRANTE DO MOVIMENTO “SALVEMOS O VAZA-BARRIS”**

Solicitação do aumento e estabelecimento de números de pontos, monitoramento e coleta regular...

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

De fiscalização e exame das águas...

**MYRNA LANDIM – INTEGRANTE DO MOVIMENTO “SALVEMOS O VAZA-BARRIS”**

A comunidade pode ajudar fornecendo os pontos os quais eu acho que seriam interessantes e também o IBAMA poderia contribuir nesse sentido.

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Ok, Myrna, obrigada! Então, doutor Sandro, por favor?!

**SANDRO LUIZ – DIRETOR DO CAOP RECURSOS HÍDRICOS DO MPSE**

Boa tarde a todos! Quero saudar sua Excelência a vereadora Sonia Meire e sua Excelência a deputada estadual Linda Brasil em nome das quais saúdo todos os demais membros da Mesa, quero saudar todos os presentes aqui nessa Audiência Pública e já

deixar claro porque o Sandro está aparecendo somente hoje nessa discussão. Né? É importante ressaltar que de 2005 a 2008 eu sou promotor do meio ambiente de Socorro desde 2005 e, aceitei um desafio, eu vim ser promotor cumulando do meu ambiente de Aracaju e nesta oportunidade a gente foi provocado pelo Combase que eram os moradores da Zona de Expansão e começamos um processo de final de semana e feriado ficar fiscalizando *in loco* lá as construtoras, por fazer igual a professora Myrna não vou dizer nome de construtora, Construtora Cunha, por exemplo, enfim. Então, a gente ia lá e eles faziam aqueles muros e começavam a devastar o mangue e a gente somente pega no final de semana, nos feriados e nas madrugadas, então, a gente tinha esse padrão fizemos uma “forcinha tarefa” e ficava indo atrás, porém somente isso não ia funcionar e, logo, criamos um grupo de trabalho no Ministério Público Estadual que começou com a discussão da macrodrenagem da Zona de Expansão. A foto aí é o Costa do Sol em 2007, aproximadamente, completando quase 30 anos de inundação em todo o período de chuva. Pode passar, por favor?! Isso aí! Pedimos à Petrobras um helicóptero e quando a gente assumiu fizemos uma vistoria aérea com a perícia e nos baseamos no estudo do MPF que falava que o lençol freático da Zona de Expansão, a professora Myrna já destacou, é um lençol sub aflorante, ou seja, em época de chuva a água vai subir acima da terra e ali vocês estão vendo as primeiras obras que aterraram e cortaram essas lagoas transversais indo contra os estudos que existiam o qual está nesse processo que foi citado da Justiça Federal. Então, o que nós percebemos aí? A Caixa Econômica liberando empreendimento habitacional. Fazendo o quê? Professora Myrna, a prova concreta, fizeram a sondagem do lençol freático em época de seca e instalaram o fosse filtro. Né? Porque não tem esgotamento usando a norma da ABNT, 1,5 m e, o lençol da fosse filtro, engenheiros fizeram isso em época de seca, logo, veio a chuva e as pobres pessoas que receberam aquilo à água entrava pelo banheiro, pelo vaso e misturava à fossa com inundação e essa era a dinâmica da Zona de Expansão já naquela época. Pode passar, por favor?! Estão aí as marcações das lagoas mais virgens do que as fotos atuais, porque esta pressão imobiliária continuou, então, eu vou colocar essa expressão pressão imobiliária, e é o maior fator aqui por isso que é muito importante que todos se juntem da comunidade e uma das frases mais inteligentes que vi hoje, vereadora Sonia, foi a senhora que falou, disse que: “O jurídico não resolve nada sem o político”, e aí vou entender como a união da comunidade e a união dos nossos representantes eleitos não atuarem por isso é muito importante isso. Então, saibam que eu também fiquei muito emocionado, porque quinta-feira, somente para terem ideia, eu já estou saindo para o

início e estava remando lá no Vaza-Barris o qual é um lugar que eu adoro e estava sentindo o cheiro de esgoto aonde nunca senti e vendo aquelas bocas enormes de drenagem com efluentes de esgoto, então, isso nos entristece demais, pois Morro de São Paulo e aquelas atrações ali têm trazido turistas internacionais para conhecer o mangue deles. A gente vai lá conhecer o mangue? Não chega aos pés do mangue do nosso Vaza-Barris, porque sou daqueles que na maré baixa pego o caiaque entro por todos aqueles manguezais. Então, eu vou pedir somente mais dois minutinhos para seguir. Seguindo aqui então, vamos para a próxima. Próximo slide, por favor?! A questão da calamidade pública conhecida. Próximo slide. Estou adiantando, a professora Myrna já falou muitas das coisas. Próximo slide, por favor?! Uma coisa importante, e isso é muito importante, que saiam todos daqui com essa visão é a expressão Zona de Expansão a qual é estabelecida por uma lei municipal e que acaba sendo seguida pelos planos diretores, mas o nosso último é a Lei Complementar nº 42 de 2000, que é um Plano Diretor desatualizado como o nosso urbanista já fez as críticas, inclusive, publicamente a gente acompanha. Então, o que acontece? No plano diretor o município é dividido em zonas por infraestrutura, vou restringir a saneamento aqui, então, a Zona de Expansão é, exatamente, pelo Plano Diretor em vigor a zona de adensamento restrito. O que é uma zona de adensamento restrito? É aquela que por ter pouca infraestrutura características da Zona de Expansão não pode ter empreendimentos construtivos até que venha o saneamento e a infraestrutura, então, voltando lá para 2005 a 2008, nossa luta foi para conseguir que se impedissem empreendimentos construtivos sem nenhum projeto de macrodrenagem e que não somente são canais, porque a macrodrenagem é antes de o município liberar um empreendimento impactante como loteamento ou um condomínio tenho que ter uma visão sistêmica da bacia e com base nisso sei se cabe ou se suporta onde é o ponto de lançamento e que nível de tratamento tem que ter e, estou falando de água de chuva, mesmo assim, tem que ter preocupação. Então, que acontece? Nós descobrimos que estavam sendo liberados empreendimentos com fossa e filtro em um local no qual a mesma fica dentro do lençol freático e descobrimos também mais de 13 cemitérios clandestinos em andamento e, foi matéria da BAND, a Zona de Expansão bebe água de cadáver, porque os cemitérios afetavam e isso foi feito com estudos da Vigilância Sanitária Municipal a cerca de 1.000 metros na circunferência desses cemitérios e, logo, nós ajuizamos ação a qual foi ajuizada em 2005 e a mesma está em cumprimento agora: "...o jurídico somente não resolve", e nós conseguimos naquela época com a ADEMA fechar um ajustamento de conduta em que a mesma se

comprometeu a não permitir mais fossa filtro, mas não resolveu, pois foram permitidos sistemas autônomos individuais para aqueles condomínios de tratamento de esgoto. Teoricamente é lindo! Porque o sistema do condomínio trata o esgoto e joga o efluente tratado. Para onde o efluente vai, minha gente? Para essas lagoas. Então, temos esgotos nessas lagoas visíveis da Zona de Expansão e endemia de leishmaniose exatamente, por falta dessas preocupações, então, comungo que um sistema de esgotamento público e de drenagem, reitero, que não abrange somente elementos artificiais, porque nós temos um sistema natural de drenagem e por isso essas lagoas não podem ser impedidas, então, como não houve acordo foi para o ajuizamento da ação; Principal afetação: Vaza-Barris e, embora, a Karina está correta, pois era presidente do Combase naquela época e foi quem provocou o Ministério Público e ia conosco, inclusive, pular muro lá na Zona de Expansão no final de semana, enfim. Então, não é somente o Vaza-Barris, mas o Vaza-Barris e o Sergipe é federal por isso temos que entrar na Justiça Federal e foi aí que a doutora Lívia Tinoco assumiu na Justiça Federal e caiu lá com a doutora Telma, então, por isso que o MPF a partir de 2008 começou a tratar dessas questões e nós do Ministério Público Estadual não temos atribuição nesse processo federal, mas nós temos atribuições específicas e cobrar uma revisão de um plano diretor é cobrar para que esses órgãos de execução atuem da forma correta e atuar em microssituações junto com a comunidade. E por que que eu estou voltando agora? Porque a partir de 2023, fui convidado e aceitei, eu sou hoje diretor do Centro de Apoio Operacional de Recursos Hídricos do Ministério Público, então, a gente atua em todas as oito bacias sendo que eu não posso fazer atividades de execução e, traduzindo, não posso entrar com ação, pois até a deputada Linda Brasil que tem uma atuação ambiental muito elogiável fez até uma consulta sobre a atuação do Ministério Público Estadual nisso e a gente justificou que era uma questão de atribuição e tanto o manguezal quanto o rio federal isso vai para a Justiça Federal, então, não somos nós, mas estamos aí. Passe o próximo, por favor?! São poucos, somente para concluir. Então, aí vê basicamente que esses empreendimentos cortam, aterram as lagoas que são transversais e essa é a origem do problema de drenagem. Pode passar, por favor?! Então, nós temos aí a solução atual que é uma obra com a mentalidade dos anos 70 e nós temos ali alguns dados desta obra. Pode passar, por favor?! Nós temos aí lançamento de efluentes no rio por isso somente quero lembrar a vocês que estão muito preocupados com o rio o quanto eu que esse é o problema mais premente e é o mais grave que está afetando agora os marisqueiros e pescadores, mas eu sei que isso também está óbvio dentro do escopo do movimento, pois a gente tem que se

preocupar desde o canal Santa Maria lançando esgoto ali e a cada lançamento de drenagem daqueles e nesses condomínios os quais estão sendo implantados, porque, de novo, essas soluções individuais que são liberadas pelos órgãos ambientais. O que acontece? Esses sistemas de tratamento saturam os condomínios não fazem manutenção e passa a jogar efluente não tratado de forma bruta e isso afeta o rio, ou seja, drenagem vira esgoto e a preocupação é louvável, então, nós temos risco a balneabilidade. Então, assim, realmente o rio Vaza-Barris é o único rio aqui na região que eu tenho coragem de tomar banho, ainda tomo banho lá, então, ameaça nosso estuário, os nossos manguezais e fica sem barreira alguma. Pode passar. Isso é o tanto de mata que destruiu e um dos maiores problemas que a gente vê e, aqui quero fazer um registro que é importante, a obra em si e aí eu vou discordar de alguns posicionamentos, pois ela não é o problema, porque o problema que acho é a ausência de transparência, de relatório de impacto de vizinhança e a ausência principal quando falamos de urbanismo é de participação da comunidade previamente, isso é um dos maiores vícios desse projeto, e como a gente já falou o turismo está em risco por ser um turismo latente e que tem muito a oferecer de forma sustentável e quando falo sustentável eu uso o correto da palavra, não é *Greenwashing*. Vamos passar para o próximo. Então, o que a gente tem hoje? Um erro histórico, achei importante fazer essa observação do histórico para todos por ser mais um erro atual de planejamento e, professora Myrna, novamente, foi muito feliz, a gente não está falando de uma gestão específica, assim, a gente está falando de planejamento, então, a gente está conseguindo que esse Plano Diretor passe a ser revisado e para que sejam feitas audiências públicas. Por que é importante essa discussão que foi tocada? Porque nós do Ministério Público Estadual estamos pedindo um diagnóstico real e não é aquele feito com referencial bibliográfico é um diagnóstico de campo em que essas informações sejam transparentes para toda a sociedade para a gente saber aonde estão os mecanismos de infraestrutura e quais são as demandas para em cima disso trabalhar o Plano Diretor e mudar a figura do macrozoneamento. Então, por que eu falei da zona de adensamento restrito? A gente não devia dizer Zona de Expansão, porque ali não tem condição de ser uma zona de expansão imobiliária é a mesma área e está no Plano Diretor. É um azar! É a nossa zona de adensamento restrito, certo? E nessa discussão do Plano Diretor é muito importante que a Zona de Expansão seja ouvida, pois lá também é um fórum para se discutir não somente esse problema o qual é grave, mas também todo o problema sistêmico da Zona de Expansão. Pode passar, por favor?! Então, caminhos necessários; respeito a um Plano Diretor que tem que ser revisado e atualizado com

diagnóstico real, soluções baseadas na natureza, nós temos tecnologias para copiar, transparência e o mais importante é que eu quero comprar uma camisa dessa do Vaza-Barris, a proteção ao nosso rio Vaza-Barris. É isso! Obrigado a todos.

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Muitíssimo grata, doutor Sandro. É isso, né?! A gente tem que... Inclusive, essa tarde de hoje... Olha! Tem mais gente que quer? Sim!

**KARINA DRUMMOND – COORDENADORA-GERAL DO FSCBH**

Por favor! Esse histórico doutor Sandro que o senhor trouxe desses 20 anos seria muito importante o gabinete da senhora ter, porque aqui nessa Casa foram várias tribunas naquele período, tribuna e sessão livre, que aí justamente cai por terra que essa questão não é de uma gestão, como Myrna colocou, é de um histórico e dentro do que o senhor colocou ainda um agravante que o DAFA hoje não tem um órgão fiscalizador, então, nós não temos porque precisa ser definida por essa Casa, logo, precisa ter uma lei específica em relação a essa questão.

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Então, um dos objetivos nossos é de construção de todo um processo que vai implicar em várias ações em âmbito municipal, estadual e federal para que a gente possa ter uma atuação coordenada e que tenhamos sucesso com os objetivos, com a defesa ambiental e das comunidades e aí uma das questões, doutor Sandro, que a gente traz para essa tarde de hoje, porque já fica aqui também como indicação o acesso ao estudo do que o Ministério Público tenha, inclusive, dos aterramentos de lagoa atual, pois a gente vai precisar disso. Pronto! Nós vamos solicitar e vou requerer, certo? Sim! Nós vamos requerer.

**KARINA DRUMMOND – COORDENADORA-GERAL DO FSCBH**

Lembra quando teve a questão da Polícia Federal em uma das gestões, logo, muito se perdeu dos documentos da Zona de Expansão, então, o que nós tivermos eu passo para o gabinete da senhora para colocar e, uma outra questão, é a cópia da perícia federal que aí está uma forma da senhora colocar que é importantíssima, porque é o que dá a diretriz de tudo isso que o doutor Sandro falou que foram tópicos que ele trouxe e aí, além disso, existe também todo um mapeamento da área, agora, existe e ele deu um exemplo que é o Costa do Sol onde nós tivemos avanços os quais foram sustentáveis por isso que o Costa do Sol pode dar chuva que for e o mesmo não alaga, então, foram

R\$ 186 milhões de reais com a rede de esgotamento sanitário de 81 quilômetros que foi feito em projeto e que está em execução e fiscalização. Então, se a senhora pegar esses dados, inclusive é copilados hoje, porque está dentro da questão do acompanhamento do que o próprio Luiz falou da obra de esgotamento sanitário, do que está funcionando e o que não está por causa dos elevatórias a senhora terá tópicos e alguns encaminhamentos desses que estavam sendo feitos também de tratativas políticas com apoio da deputada ou até mesmo em relação ao jurídico e isso iremos nos disponibilizar para todos.

### **PRESIDENTE PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Ótimo, obrigada! A doutora Jane Tereza com o doutor Adão estão hoje e por conta do tempo ele teria que fazer aqui uma exposição daquilo que nós já caminhamos juridicamente e que a gente conseguiu de audiências e de tratamento com o MPF, mas hoje por conta do tempo não vai ser possível fazer essa fala, porque para nós é muito importante saber também, pois nós estamos com dois projetos aqui para aprovação de lei para reforçar o que já existe, na verdade, que é para impedir mais aterramento e um a prefeitura já vetou artigos e o outro está em discussão e, tiramos de pauta hoje, vai voltar amanhã, provavelmente, o qual é sobre os manguezais e aí nós vamos precisar depois atualizar alguns dados, logo, marcaremos uma reunião para ver o que é que é possível para a gente fazer o procedimento e, inclusive, também para mandar em âmbito federal. “Tá” certo? Então, muito obrigada! Vou passar, agora, a palavra para o nosso camarada também que está assumindo essa função aí no IBAMA, grandes desafios também. Por favor e por gentileza?! Pedir um pouquinho somente de paciência para os demais, porque a gente vai se estender e para os trabalhadores aqui da Casa por conta do tempo.

### **CÁSSIO MURILO – SUPERINTENDENTE DO IBAMA/SE**

Bom tarde a todas, todos e todes! Assalam Aleikum para quem é do Assalam Aleikum e Axé para quem é do Axé. Eu queria começar aqui agradecendo, vereadora, porque é uma das mais qualificadas audiências públicas que eu já tive presente, então, queria lhe agradecer antes de fazer qualquer outro gesto aqui e de falar da importância de uma Audiência Pública como essa, assim como quero lhe fazer, Luiz Carlos, uma provocação, porque a partir das orientações tiradas aqui vamos para a comunidade discutir e fazer um debate na mesma e ouvir, pois o gestor precisa ouvir e nós estamos dispostos a isso, porque nós temos aqui as maiores agências de fiscalização ambiental e licenciamento do estado. Somos nós! Então, queria agradecer em seu nome e aproveitar para saudar também a deputada estadual Linda Brasil e falar à professora Silvana Bretas

que a UFS, isso é muito importante dizer, é a alma *mater* da maioria de nós aqui, então, tê-la em uma audiência dessa é muito importante, porque sem a contribuição da ciência e das leis nós não estaríamos aqui e lembrando que recentemente passamos por um apagão ambiental e científico, então queria falar do carinho e do apreço pela UFS em nossas vidas por ser sempre importante, inclusive, porque muito do que foi falado aqui a gente deve à pesquisa, por exemplo, da professora Laura Jane, Aline Nepumuceno e tantas outras professoras e da própria professora Myrna que está aqui, muito bom revê-la professora, enfim. Então, acho esse registro importante para destacar no momento de ataque às universidades a importância da UFS, então, muito obrigado pela sua... Dito isso...

#### **PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Eu queria somente falar, porque você está de saída, não é, Silvana, agora? Então, somente pedir licença, Cássio, para ela somente se pronunciar antes de sair e agradecer e, então, depois a gente vai continuar conversando sobre os protocolos que a gente pode estabelecer com a UFS para o futuro.

#### **PROFESSORA SILVANA BRETAS – VICE-REITORA DA UFS**

Quero, então, agradecer o Cássio por essa referência à Universidade Federal de Sergipe e dizer que eu estou aqui presente pela importância desse tema dessa região tão bela as quais são os povoados de Areia Branca, Mosqueiro, Aruana e São José. Não é mesmo? Dizer que a Universidade Federal de Sergipe entende que não há nada mais importante do que a comunidade ribeirinha, dos seus valores e da sua cultura, porque nada pode se impor diante desses elementos e que isso é realmente a força do capital e da especulação imobiliária que vem com todas as armas políticas e econômicas as quais podem ter, mas que nós precisamos realmente estabelecer essa bandeira e fincar o valor de uma população toda e, principalmente, das questões ambientais. Então, contem com a UFS e com a sua comunidade acadêmica e com as pessoas com quem o senhor citou aqui, as professoras e professores lá os quais continuam estudando e criando pesquisas nessa perspectiva da justiça climática e ambiental, portanto, somos companheiros e companheiras dessa luta que hoje enfrenta aquela região tão bela do Mosqueiro, Areia Branca, São José e Aruana. Contem com a UFS! Muito obrigada.

#### **CÁSSIO MURILO – SUPERINTENDENTE DO IBAMA/SE**

Então, dito isso, eu queria fazer e vi muitas pessoas aqui como estou vendo a Patrícia Polayne uma amiga querida, assim como sei que é grande defensora ambiental de algumas décadas e também queria saudar... Você está pelo CAL? O CAL está aqui e para nós é de fundamental importância, porque o CAL tem sido nosso companheiro de muitas guerras em conselhos municipais de meio ambiente e aí, Mascarelo, citar a sua própria contribuição, pois muito do que foi debatido aqui tem, inclusive, avaliação sua muito importante e destaco também a presença aqui, sem nenhum favor, também da doutora Manuela Verne da OAB, pois é muito importante e destacar também aqui a presença, depois de muito tempo estou vendo o doutor Adão ali, e queria destacar a sua fala dona Graziela porque toca com todo mundo, bem como a de Karina Drummond, mas a sua fala toca o neto de uma mulher que saiu da palha da cana para passar ferro em casa de gente rica aqui em Aracaju, então, toca muito e eu queria destacar também a presença aqui do senhor Leonardo Paschoal líder do movimento, um dos líderes e uma das lideranças e sei que vocês são rizomáticos da liderança “Salvemos o Vaza-Barris”, a querida Marta Sales. Desculpe, Marta! Ao saudá-la também saúdo aos povos de terreiro e, por fim, eu pedi para trazer esse *slide*, vereadora, porque aqui é o Vaza-Barris onde está essa cor aí que eu não sei definir ao certo e isso aqui é o Vaza-Barris atravessando o estado, de Carira até Aracaju, e aqui a gente precisa ir à origem do problema como destacou o doutor Sandro e aqui está a atuação do IBAMA. Pode passar o próximo slide, por favor?! E aqui estão os embargos que estamos fazendo. Sim! Eu queria saudar ali também o querido Toeta grande trotskista de longas datas e alguém que tem lutado pelos direitos ambientais e justiça lá na Jabutiana. Muito bom revê-lo! Então, aqui estão os embargos do IBAMA. Vejam! Muita gente falou aqui e, escutei atentamente várias falas, o IBAMA tem uma ação limitada, porque a gente precisa e é por isso que eu provoquei Luiz Carlos, porque não vai ser agora que a gente vai discutir o papel do IBAMA nisso tudo, pois tem uma coisa chamada de Lei Complementar 140 e essa que é complementar ao art. 25 da Constituição Brasileira que determina o papel de cada ente federativo na política pública ambiental e aí eu não queria estragar o nosso papo aqui, mas nós agimos com algumas limitações e uma delas a vereadora me provocou aqui, professora Sonia Meire, a qual gosto de chamar professora, porque sou professor e eu gosto disso, então, fez uma provocação sobre qual o papel do IBAMA nessa governança ambiental e, assim, o papel aqui é de agir como corregedoria ambiental. O que é a corregedoria ambiental? Veja! A ação primária aí é do município de Aracaju e aí foi colocado aqui muito exemplarmente pela professora Myrna que é preciso uma união dos

órgãos municipais, assim como é preciso... Veja! Existe uma coisa chamada gestão tripartite do meio ambiente que sem a mesma União, Estado e Município não dialogam e nós temos... Veja! Sergipe estartou o debate sobre a gestão tripartite, mas estamos esbarrando em uma diferença de concepção da qual o doutor Sandro sabe disso, porque fizemos 8 reuniões e não conseguimos chegar a um consenso e como Sergipe não é uma aldeia, Aracaju não é uma aldeia gaulesa, queria destacar que há um problema sistêmico de gestão. Qual é o problema sistêmico de gestão? Em primeiro lugar, é um problema do Brasil inteiro que é a falta de carreira ambiental nos órgãos ambientais e o segundo lugar de problema sistêmico é a falta de bons projetos. Vejam! Os Projetos ambientais dos quais a gente já teve acesso a muitos são feitos de uma forma de *brainwashing* mesmo. Então, por que existem esses embargos? Esses embargos existem porque foram licenciados por um órgão ambiental e o IBAMA foi lá e suspendeu a licença sendo que em muitos casos a gente está vendo aqui os municípios, mas eu não sei se... Chega! Eu também sou meio, pronto! Aqui nós temos mais de 2 mil hectares embargados apenas em Aracaju. O que é isso? Falência do sistema de meio ambiente, logo, aquilo que o doutor Sandro muito bem diagnosticou e temos um problema maior aqui que é a nova Lei Geral do Licenciamento e isso é um problema, não vou dar a minha opinião aqui, porque eu não estou aqui para dar opinião, pois estou aqui para falar da gestão, mas se pudesse dar opinião faria como a senhora e doutor Sandro fez não citando construtora e essa lei geral ambiental, não vou dar opinião, mas é uma desgraça e se eu fosse dar opinião é uma tragédia, porque tem empreendimentos que licenciam a si mesmos e isso é uma excrescência, mas eu não vou dar opinião e podem ficar tranquilos disso e tranquilas. Então, nós temos aqui com isso a falência de um sistema e, então, estruturalmente um problema sistêmico, pois há um problema de falta de carreira ambiental, porque lembrem-se, não sei quem foi que lembrou aqui, mas eu acho que foi o seu Pascual, ele disse: “Lembrem-se que houve uma porteira”, e a porteira foi o apagar e o apagamento completo da política pública ambiental no Estado de Sergipe e como eu falei Aracaju não é uma aldeia gaulesa, porque nesse exato momento o que ocorre com Aracaju ocorre no Brasil e para nossa sorte não temos, vereadora, paredão como existe em Porto Alegre uma chapada enorme para nos encurralar e é a nossa sorte, a nossa grande sorte, se é que é possível chamar isso de sorte. Então, isso para mim aqui... Eu somente trouxe dois slides para não... Vejam! Temos embargos em praticamente todos os municípios que são atravessados pelo Vaza-Barris, então, essa é uma discussão que a gente precisa ir à origem dela, Aracaju é um grande problema, mas

é um grande problema e eu não tenho dúvida e, não faço discussão sobre pessoas, a gente faz discussão sobre concepção e sobre esse aspecto, doutor Sandro, o senhor fala que Aracaju recuou até os anos 70, logo, eu queria lhe fazer uma provocação, porque acho que Aracaju recuou ao belíssimo ano de 1865 quando nasceu, tem uma dissertação de mestrado de uma aluna da UFS falando a história do manguezal em Aracaju, assim, recomendo fortemente a leitura. Veja! Aracaju foi construída sobre restinga, apicum e manguezal, falava o engenheiro à época Inácio Barbosa que era a vitória da engenharia sobre a natureza e essa é a concepção, também tem uma moça que é servidora pública que tem um projeto maravilhoso em que ela questiona o que a gente concebe como modernidade e como progresso, essa é uma questão de concepção é por isso que a questão, doutor Sandro, eu concordo com a senhora, vereadora, e a doutora Myrna que é uma questão de concepção política mesmo. Veja! Celso Furtado tem um livro belíssimo chamado “O Mito do Desenvolvimento” e é um mito que todo mundo compra. Todo mundo! Então, nós temos aqui um problema de origem que nós precisamos resolver e esse problema de origem, eu evoco aqui a convenção 169 da OIT, e aí quando a querida Marta nossa antropóloga fala de racismo ambiental é um tema e um termo controverso, mas a ideia é fundamental, porque os povos e populações tradicionais no mundo estão submetidos à falta de justiça climática e a contribuição brasileira à Convenção de Paris e a COP 30 foi a mesma. Foi a mesma! Não se pode fazer política pública ambiental sem fazer política social e sem dialogar com os povos e populações tradicionais. Então, não há nenhum favor em fazer uma... E eu me remeto à criação da Resex das Mangabeiras. Foi a mesma concepção, a mesma! Então, se trata disso aqui e não se trata de uma gestão se trata de uma concepção e aí eu gostaria de fechar com isso por isso acho que para nós aqui hoje... Vejam! É uma cidade, não sei o que é pior, sem plano diretor, mas o que existe não leva em consideração as leis ambientais que foram criadas posteriores a ele e aí eu me refiro aqui à Lei da Mata Atlântica criada em 2006. Vejam! Em 19 anos de Lei da Mata Atlântica, o IBAMA autorizou a supressão de vegetação, agora, dessa obra do complexo viário Maria do Carmo a qual foi um grande e excelente exercício, Zé Carlos, Luiz Carlos, é isso que eu confundo. Foi um grande exercício, Luiz Carlos, sabe de quê? De diálogo institucional, porque houve a supressão e o art. 13 da Lei da Mata Atlântica diz que quando houver supressão superior a 3 hectares em área antropizada é preciso a anuência do IBAMA e depois de 19 anos foi a primeira não é possível que não tenha havido nesse período, inclusive, nesses seis bairros de Aracaju que eram a Zona Rural até um dia desses, porque foi um decreto que acabou com a zona rural de Aracaju,

então, não é possível que não houvesse obra e a mesma não tenha suprimido mais de 3 hectares. Então, essa segunda questão de uma ausência de um sistema de meio ambiente que é uma questão de concepção é um problema, mas quem sofre são vocês e aí eu queria aqui, por fim, falar de um elemento que para nós é muito caro. Vejam! O IBAMA é responsável constitucionalmente, falei da Lei da Mata Atlântica, a Política Nacional de Meio Ambiente e a Lei Complementar 140, e não tenho pretensão tanto a vereadora quanto a deputada de esgotar esse assunto aqui, porque ele é mais extenso do que a gente imagina, quem tem maior familiaridade é somente irem lá na Lei Complementar 140, arts. 7º, 8º e 9º, e tem lá a definição do que é ação primária e o que é ação supletiva da União, Estado e Municípios. Vejam! Alguém colocou aqui a necessidade de uma fiscalização suplementar e não há essa necessidade, pois a fiscal natural suplementando o município de Aracaju é ADEMA, logo, se a ADEMA tiver dificuldade o fiscal vira o IBAMA e aí uma última informação importante, sei que eu já me alonguei muito, o IBAMA tem um disque-denúncia, então, eu recebo diariamente dezenas de denúncias no meu *WhatsApp*, mas não tem valor jurídico, pois o disque-denúncia do IBAMA que era chamado de linha verde está lá à disposição e é um instrumento cidadão importante por ser o que leva o IBAMA para o problema ambiental que nós estamos discutindo aqui hoje e isso leva o IBAMA pela denúncia, porque tem uma ação primária que não está sendo observada e tem uma ação suplementar e, é outra questão, aí entra o IBAMA como eu disse a vocês aqui como um órgão de fiscalização em última instância. Então, a nossa compreensão hoje, inclusive, é de rediscutir a educação ambiental por isso nós não vamos falar. Veja! O papel do IBAMA não é entrar na educação ambiental formal, pois essa é uma questão que a SEMED e a Secretaria de Meio Ambiente do Município e a gente não vai entrar, mas a gente quer rediscutir os parâmetros da educação ambiental, porque nossa educação ambiental é completamente eurocêntrica e baseada na ideia de uma concepção de ciência que é superior à concepção de saber popular por isso a gente precisa acabar com isso e digo isso porque a educação ambiental é de sensibilidades por isso eu acho que é um tema que precisa vir para frente nesse debate. Por que qual é o diagnóstico disso? Primeiro, a chamada essa área de seis bairros e as populações são invisibilizadas, logo, uma pergunta: Os animais foram invisibilizados lá? Todos os animais, não é? Nós tivemos lá uma preocupação em arborizar com plantas exóticas da China, enfim, isso é paisagismo e isso o Ricardo sabe falar muito melhor do que eu, mas entendo que o debate ambiental não pode se confundir com o debate de paisagismo, então, eu deixo essa referência e

esse documento está disponível para todos e todas, pois a forma do IBAMA entrar diretamente nisso é a partir da denúncia e, não tenham dúvida, o rio é federal, mas se o impacto e não sei se vocês perceberam, acho que a própria Karina falou nisso, muita gente falou nisso e a própria professora Myrna, porque a obra começa e termina no Santa Maria que é um afluente do Vaza-Barris por isso é preciso provar que há um impacto cinegético sobre o mesmo e surgiu, agora, uma nova informação de que o 1º peixe-leão foi encontrado no Vaza-Barris, tem dois, três meses. Veja! O IBAMA está entrando nisso aí, porque o peixe-leão é uma espécie invasora e onde chega domina todas as outras espécies por isso é uma forma do IBAMA entrar, então, nós estamos buscando formas do IBAMA entrar em algo que seja do papel do IBAMA mesmo agora nós somente podemos entrar em crimes ambientais ou ações irregulares que sejam de impacto no rio, por isso que vocês viram a quantidade de autos de infração e embargos que é algo que tem a ver, entre outras coisas, com a falta de diálogo entre as três esferas: poder federal, estadual e os municípios e isso é um problema. Muito obrigado e uma boa tarde.

#### **PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Obrigada, Cássio! Antes de passar, nós estamos, assim, com o horário já todo extrapolado. Quero pedir desculpas! Mas, é um processo que realmente demanda mais do que essa audiência, não é? Nós vamos continuar e já quero aqui adiantar, mas antes de passar a palavra para os dois próximos oradores é porque nós não temos nenhum levantamento das espécies e é uma obra que nunca vi acontecer em nenhum lugar que é o levantamento e o resgate das espécies, então, tem vários pontos que vamos precisar continuar estudando e já existe a discussão que a gente precisa construir isso com o apoio da universidade e fazer um termo de cooperação para fazermos todo esse trabalho que precisa ser feito o quanto antes olhando não somente para hoje, mas para o amanhã, inclusive, esse estudo de impacto cinegético do rio Vaza-Barris que também é algo que precisa ser demandado e a gente vai buscar os meios. Então, agora eu quero passar a palavra aqui e mais que rapidamente pedir desculpas, mais uma vez, para o nosso companheiro aqui e vou passar logo para Gustavo que é do Tribunal de Contas e depois o senhor Gustavo... Pode ser? Que é auditor de engenharia do Tribunal de Contas e depois para o nosso companheiro aqui da EMBRAPA o senhor Amaurir e pedir, mais uma vez, desculpa aqui aos funcionários e a vocês, porque quando a gente terminar não

vai dar tempo da gente fazer mais debate, porque eu vou ter que encerrar e a gente vai convidar vocês para outro espaço para a gente fazer conjuntamente.

### **GUSTAVO NUNES ROCHA – AUDITOR DE ENGENHARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SERGIPE**

Bom, gente! Boa tarde a todos. Eu me chamo Gustavo Nunes Rocha, sou auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado e vim representando, inclusive, o nosso coordenador, Cássio Dantas, que teve um compromisso familiar, porque um familiar dele está bem adoentado e por isso me pediu para eu vir e o motivo de ter vindo é porque eu atuo nesse processo e o tribunal atua de forma constitucional, obviamente, e a gente tem duas frentes de atuação justamente nessa obra da Zona de Expansão sendo que a primeira é porque essa obra é financiada com recursos do NDB de um empréstimo que a Prefeitura de Aracaju tomou junto ao mesmo o qual a gente chama de Banco dos Brikcs que nos contratou como auditor independente, então, a gente faz essa auditoria concomitante e a segunda atuação a qual é distinta, porém complementar e é justamente a atuação frente à representação que foi feita pelo movimento Salvemos o Vaza-Barris, inclusive, durante a fala dos senhores tanto do movimento como do pessoal que compõe à Mesa eu fiz algumas anotações e venho trazer alguns pontos de atuação em que o Tribunal de Contas está conseguindo contribuir, a professora Sonia falou, infelizmente, a obra não vai parar. Infelizmente! Eu venho falando também enquanto cidadão não somente como auditor e, infelizmente, essa obra não vai parar, então, a gente precisa tentar fazer com que ela seja a mais sustentável possível e aí eu fiz alguns apontamentos e, inclusive, me lembrando do que eu venho colocando nos processos, pois atuei muito fortemente nesse processo da representação, inclusive, não havia tido resposta da SEMA no ano passado quando estava finalizando, eu finalizei ele essa semana, e muito provavelmente ele vai para julgamento em breve. Eu Fiz algumas anotações e gostaria de trazê-las para vocês complementando aquela fala do professor Sandro, realmente você tem nos condomínios ali sistemas autônomos de tratamento de esgoto que perdem eficiência com o tempo. E aí o que é que acontece? Você vai lançar esse afluente que não está completamente tratado nessa rede de drenagem a qual está sendo construída, problema número 1. Problema número 2, isso tudo está apontado nos nossos relatórios tanto na auditoria do NDB como nesse da representação que vai para julgamento e, problema número 2, a gente tem um descompasso muito grande justamente entre o esgotamento e a drenagem. Então, a gente tem contrato, um ou dois se eu não me

recordo agora, contratos isolados de sistema de esgotamento naquela região, mas que não abrangem totalmente a região, inclusive, tem aquela problemática do Porto da Zenza, gravíssima, e a mesma a gente visitou ano passado com a então presidente Suzana Azevedo e o pessoal do movimento Salvemos o Vaza-Barris, fizemos outras auditoria, outras visitas também e a gente está praticamente todos os meses lá e tinha um ponto no projeto da estação de tratamento do Porto da Zenza o qual não mostrava o ponto de lançamento desse afluentes tratado e foi um dos questionamentos que fizemos à Prefeitura de Aracaju e, inclusive, houve um compromisso de que eles apresentassem até fevereiro agora qual seria esse ponto de lançamento, porque muito provavelmente se for lançar naquela região não vai ter e não vai haver diluição suficiente, então, talvez a saída seja, realmente, como o professor Sandro falou, um emissário maior para que se coloque esse esgoto tratado mais para frente, mas o problema também pode ir mais para frente. Não é, professora? É um grande problema. Continuando aqui com as minhas anotações uma coisa muito importante que o tribunal fez foi chamar os envolvidos no processo, então, se chamou a ADEMA e chamou também a própria SEMA e eles prometeram visitar as licenças das obras que foram emitidas e se comprometeram também a cumprir as condicionantes ambientais presentes no EIA-RIMA, logo, a gente tem 12 programas ambientais presentes ali e alguns subprogramas os quais falam desde a questão da compensação ambiental, do afastamento da fauna e da parte da perturbação à vizinhança trazida pelo senhor Pascoal, foi muito bem falado. Então, a gente teve um diagnóstico de que não estava sendo cumprido, praticamente, nada e a gente conseguiu alguns avanços justamente porque a prefeitura foi provocada pelo Tribunal de Contas. Professora, posso me alongar um pouquinho? Obrigado! Justamente porque a prefeitura, provocada pelo Tribunal de Contas, já está tentando fazer o monitoramento dos poços e, inclusive, acho que no EIA-RIMA tinham previstos pontos em três locais distintos por isso eles estão firmando convênios com a Universidade Federal de Sergipe para poder, justamente, tentar fazer algumas dessas ações constantes no EIA-RIMA, porém outras já não vão ser possíveis de serem cumpridas, porque eram prévias à obra como essa parte da questão dos animais e do desmatamento da vegetação que houve ali, já não é mais possível, porque a obra já está em andamento. Um outro ponto importante, justamente, por conta dessa questão do descompasso do esgoto com saneamento e com a drenagem foi que nós chamamos a Iguá no processo, juntamente com a AGRESE, já que a Iguá é da concessão e a AGRESE a Agência Reguladora Fiscalizatória, então, eles também se comprometeram

no processo a apresentar um plano para fazer o esgotamento sanitário daquela região, justamente, para poder atenuar essa problemática que a gente sabe que vai acontecer, porque existe uma meta de universalização do esgotamento pelo plano microrregional de saneamento até 2033, mas até 2033 essa obra já vai estar pronta e a universalização fala até 99% do esgoto do Estado de Sergipe tratado juntamente com o abastecimento de água, então, daqui para lá não vai dar tempo e essa obra vai terminar ano que vem, sei lá, estourando ano que vem, enfim, no outro ano. Então, chamamos a Iguá no processo, justamente, para que ela... Inclusive, até nos termos lá da concessão fala que a mesma tem que fazer investimentos em até 35 anos dentro do Estado. Primeiramente, eles tinham falado que não estava no escopo deles ainda fazer obras de esgotamento sanitário naquela região, mas, justamente por conta da provocação do tribunal, eles se comprometeram a apresentar projetos ainda, se eu não me engano, a partir agora de fevereiro, março, nesse sentido. Então, julgo que é uma atuação importante do Tribunal de Contas enquanto órgão fiscalizador, porque a atuação, nesse caso, ela pode ser punitiva e deve ser punitiva, mas também deve ser educativa e tem que amenizar a situação por isso o tribunal tem feito seu papel constitucional dessa maneira. Deixe-me ver se tenho mais alguma anotação?! Tivemos diversos transtornos, realmente, ali nas obras e a gente foi, justamente na época com a ex-presidente Suzana Azevedo, nas obras e vimos o transtorno causado na rua Taubaté os quais relacionados, principalmente, à movimentação de materiais e tudo mais da obra, assim, fizemos diversos apontamentos, inclusive esse da compensação ambiental dessa obra em uma área de uma unidade de conservação no município de Itaporanga, não faz sentido. Então, à atuação do tribunal o qual está atento e atuante por isso essa atuação é concomitante e se dá tanto por conta do próprio papel constitucional do tribunal como por ele ter sido contratado pelo NDB para fiscalizar enquanto entidade como auditoria independente também houve algumas reuniões com os órgãos envolvidos os quais foram chamados no processo tanto dentro do Tribunal de Contas quanto o próprio tribunal também participando no Ministério Público Federal, juntamente com o pessoal do movimento Salvemos o Vaza-barris, em que os órgãos também se comprometeram cuidar um pouco melhor dessa obra e para mim o principal ponto é justamente esse descompasso do esgotamento sanitário com a drenagem, é fato, que se não tiver providência vai contaminar, mas a gente sabe que, infelizmente, essa obra não vai parar ela está a passos de tartaruga e a última vez que estivemos lá em novembro, dezembro. Voltou? Voltou total. Voltamos do recesso semana passada, então, a gente não teve lá ainda.

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Inclusive, doutor, quero colocar que é necessário urgente uma ida lá.

**GUSTAVO NUNES ROCHA – AUDITOR DE ENGENHARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SERGIPE**

Nós iremos.

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Porque há destruição, inclusive, no Porto da Zenza por isso depois eu queria colocar aqui publicamente para nós encaminharmos as fotos de todas essas denúncias direto para que o senhor tenha conhecimento e também vamos mandar para todos os órgãos que estão aqui.

**GUSTAVO NUNES ROCHA – AUDITOR DE ENGENHARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SERGIPE**

Pronto, muito obrigado!

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

E vamos mandar diretamente para o senhor.

**GUSTAVO NUNES ROCHA – AUDITOR DE ENGENHARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SERGIPE**

Estivemos lá no ano passado, ela estava devagar quase parando, então, ela foi retomada por agora. Não! Eu não estou dizendo que não pode parar, estou dizendo que, infelizmente. Isso! Então, o parecer está feito nesse sentido e o que vai parar muito provavelmente é o repasse de recursos e aí automaticamente a obra para.

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Se suspender o recurso a obra vai ter que parar, logo, eu quero dizer aqui o que disse inicialmente, pois foi com base na discussão no MPF e aqui é uma discussão dos pontos que não foram atendidos e continuam piorando a situação, agravando e, então, esses pontos são suficientes e como vai ter julgamento, agora, é importante levantar tudo aquilo mesmo com as observações feitas o que não foi cumprido e o que está aprofundando o problema para que vá a julgamento e a partir daí suspender os recursos, porque uma das demandas das comunidades é a suspensão e o acompanhamento do controle e da fiscalização como órgão independente do banco, pois a comunidade quer

acompanhar. Então, a comunidade quer saber, inclusive, quando vai o período que o órgão vai estar lá fiscalizando para acompanhar e para mostrar e, além de mandar por escrito, eles querem acompanhar as comunidades, então, acho que isso é uma demanda importante e que fortalece toda argumentação e todo registro pode ser feito para que a gente possa colocar vocês como órgãos e, independente de acompanhamento da obra, colocar a necessidade de suspender pelo não cumprimento daquilo que foi identificado, acho que é isso. Karina?! Vamos deixar ele caminhar para poder a gente terminar por conta da hora.

**GUSTAVO NUNES ROCHA – AUDITOR DE ENGENHARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SERGIPE**

Eu vou finalizar rapidinho. Eu repito, o parecer que foi feito da representação ainda vai ser julgado, obviamente, mas ele tem todos esses apontamentos que foram falados tanto nas falas do pessoal da comunidade como nas nossas falas aqui do pessoal que compõe à Mesa. Então, eu enquanto cidadão e auditor do Tribunal de Contas estou falando como cidadão e como auditor, pois não sou o coordenador do setor, não sou o relator do processo e não sou nada, mas sou uma pessoa que tem um instrumento e uma formação suficiente para apontar as irregularidades que foram feitas e não foi somente eu, pois foi uma equipe e uma comissão de aproximadamente seis, sete pessoas que fazem esse relatório e, então, vai para julgamento e muito provavelmente, assim espero como cidadão, esperamos que tenham repercussões positivas para a comunidade como um todo, até porque todos nós somos usuários da região.

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Cabe à comunidade pressionar, inclusive, no dia do julgamento por isso quando eu falo da importância da organização da sociedade é estar presente, é acompanhar e pressionar, porque eu acho que somente com a força da população a gente consegue reverter certas situações. Não é isso?

**GUSTAVO NUNES ROCHA – AUDITOR DE ENGENHARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SERGIPE**

Eu também acho.

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Lógico, cabe tudo, esse é um dos grandes problemas. Isso! Civil e criminalmente a polícia federal e fazer a denúncia, pois é recurso federal. Então, vamos encaminhando para a gente passar os muros caíndo e casas com rachadura por isso a gente tem que mandar tudinho.

**GUSTAVO NUNES ROCHA – AUDITOR DE ENGENHARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SERGIPE**

Então, o que pode ser feito são denúncias, né? Ou a gente atua também. Veja! A gente atua ordinariamente e atuamos mediante denúncias e, logo, a gente atua de duas formas. Ordinário, sim, claro! Nós atuamos de forma ordinária e nós atuamos mediante denúncia, então, esse fato que a senhora está relatando pode ser também denunciado e vai ser.

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

A gente tem que acrescentar a todo relatório que tem as denúncias do que está mais recente, porque quando for para julgamento isso tudo já vai junto e a nossa pressão social. Certo?

**GUSTAVO NUNES ROCHA – AUDITOR DE ENGENHARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SERGIPE**

Obrigado, professora e a todos.

**PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Muito obrigada pela sua presença e participação e também pelo empenho que o senhor tem para poder avançar nesse processo e nós vamos estar aqui atentas e atentos, todos nós, e a gente fez essa audiência para isso mesmo. Vou passar agora para o nosso representante aqui da Embrapa para que ele possa fazer uso da palavra e a gente já vai terminando e depois tem um movimento aqui que já tem um trabalho há mais tempo, porque eu vou pedir licença a vocês quando terminar a palavra aqui da Mesa não vou fazer nenhum discurso e quando terminar aqui a fala do representante da Embrapa vou passar para a deputada Linda Brasil e, em seguida, três minutos aqui a mais para o grupo da Lagoa Doce que está aqui representando um movimento que tem uma história e que veio participar, porque tem uma história de construção também na defesa. A gente vai caminhando, está bom? Então, com a palavra o nosso representante aqui da Embrapa. Não é, Amaury da Silva?!

## **AMAURY DA SILVA SANTOS – CHEFE GERAL DA EMBRAPA**

Obrigado! Primeiramente, queria agradecer pelo convite e vou até começar com a fala da professora Myrna, lamentar as ausências, pois é um tema que não atinge somente, entre aspas, os povoados que estão próximos ao rio, porque atinge toda a cidade, o estado e a gente e a Embrapa acaba sendo também uma das atingidas como foi citado também pela professora Myrna, pois temos a Reserva do Caju que é margeada pelo rio Vaza-Barris, mas que não recebeu nenhum, como é que as empresas estariam, esqueci a palavra, mas não recebeu nenhuma compensação e no Caju não temos nada disso, pelo contrário. Então, e a gente tem aquela reserva que até foi fruto de atividades de especulação imobiliária naquela região ali da nossa área, carcinicultura, o camarão e especulação imobiliária. Então, para escapar disso e dessa invasão que criam... Quem sabe, né? Especulação imobiliária é o progresso, é o desenvolvimento e é o sustentável. O Tupi, falecido Tupi um pesquisador nosso e não sei se alguém conhece, ele morava ali na Ilha Mem de Sá e correu para tornar uma reserva permanente, particular natural, então, está preservada para isso. Então, é para fugir, exatamente, dessa especulação imobiliária, fugir de empreendimentos de desenvolvimento e de comércio, acho que tem uma palavra que usam aqui e eu não gosto de usar que na Embrapa já falam muito do "sustentável". Né? Porque não usam sustentável da maneira como se deve, pois lembro na minha época de estudante há bastante tempo "sustentável" era um palavrão. Né? Não podíamos falar sustentável, pois era coisa de bicho-grilo, de maluco e de ecologista e, hoje, quem mais fala a palavra sustentável é exatamente quem polui e destrói que são as empresas de agrotóxicos e venenos. Então, essas que falam de boca cheia essa palavra, né? Eu praticamente odeio usar, mas todo mundo usa, né? Então, se você não fala sustentável eu acho que estão procurando usar "saudabilidade", alguma coisa assim, mais pensar de verdade em uma coisa sustentável que pegue os três eixos: ambiental, social e econômico, mas somente se pensa no econômico que é o que leva o progresso como o mito do desenvolvimento, o Cadu falou agora há pouco, então, a gente e nós enquanto Embrapa também somos vítimas desse empreendimento como eu falei da Reserva do Caju. Como a gente pode colaborar? É com a ciência, embora muitos digam que a ciência é neutra ela neutra nunca foi e nunca será, então, a ciência tem que ser usada e a gente acredita na Embrapa para atender a sociedade, porque a Embrapa é uma empresa do Estado que tem que servir à população. Então, é isso que a gente pode colocar à disposição é a Embrapa para servir com seus cérebros, com suas pessoas e

com sua inteligência para subsidiar políticas públicas e, logo, a gente não vai criar política pública, mas a gente tem instrumentos para com nosso conhecimento e, exatamente, o nosso nome. Né? O nosso nome é muito forte para sustentar políticas públicas. Acho que é somente isso que eu posso colaborar nesse momento e agradecer mais uma vez por estar aqui.

### **PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Então, é isso mesmo, a Embrapa tem contribuído conosco com muitas pesquisas, inclusive, no âmbito da mangaba no estado de Sergipe. Ela é pioneira! Até para que as pessoas pudessem se reconhecer como catadoras e catadeiras de mangaba por isso a Embrapa teve e tem um papel fundamental, então, desde já, acho que a gente tem que convidar a Embrapa para desenvolver com a Universidade e fazer, inclusive, quando tiver edital da Embrapa concorrer aos editais para os movimentos ajudarem a construir os projetos com os pesquisadores e pesquisadoras da Embrapa para nos ajudar a fazer esse projeto de identificação e de reconhecimento das espécies como disse aqui anteriormente, apesar de ter certas coisas como foi colocado aqui que não dá para a gente recuperar o que foi perdido, mas dá para a gente avançar com a pesquisa e com as espécies que ainda existem, até para evitar mais destruição. Então, acho que a Embrapa pode ser e é uma grande parceira e, ela não pode ser ela já é, a gente vai continuar convidando a Embrapa para se somar agora em relação a essa área da parte sul dos cajueiros, das mangabeiras, dos muricis e das outras espécies também. Então, muito obrigada! Obrigada mesmo e leva nosso abraço para todas as pessoas que fazem Embrapa no nosso Estado, porque são pessoas e pesquisadores muito importantes que têm-nos ajudado muito, inclusive, para o processo de área de conservação ambiental que a gente precisa avançar. Esse é o nosso objetivo maior, certo? Tem as questões locais do momento, mas tem outras maiores para a gente não perder o pouco que ainda resta. Muito obrigada! Vou passar agora a palavra para a nossa deputada e, em seguida, para o Movimento Lagoa Doce. Ari, eu estou indo.

### **LINDA BRASIL – DEPUTADA ESTADUAL POR SERGIPE**

Boa tarde, quase boa noite. Parabenizar a Sonia por realização dessa audiência muito potente e eu tenho um compromisso às 17 horas, mas pela importância e por tudo que foi dito aqui eu vejo que essa obra começou de forma totalmente irregular. Se é algo irregular, por que não impedir que dê continuidade? Eu acho que a questão é essa, Sonia. Eu sei! Já tive uma reunião e acho que o Gustavo estava com a doutora Gisele no

Ministério Público, não sei se fosse eu, mas tinha representante do Tribunal de Contas que apresentaram estudos e também avaliavam que essa obra é irregular e se manteve, então, acho que é urgente, Sonia, a gente tirar daqui como encaminhamento e pressionar o Ministério Público Federal junto com o Tribunal de Contas para fazer uma reunião urgente e trazer tudo isso, levar o povo para lá, porque isso é a forma, porque o que está acontecendo na região do Mosqueiro e de toda essa região que não é de expansão, eu aprendi hoje, porque não pode expandir uma cidade e o local onde não tem condições de se expandir, mas há uma exploração imobiliária ali e o único interesse e essa causa dali, do Vaza-Barris e de toda essa região é muito importante, pois é o que está acontecendo no mundo com os desastres ambientais provocados por causa das mudanças climáticas por isso essa pauta pode ser muito importante não somente para salvar o Vaza-Barris que eu já parablenizo todos que fazem parte desse movimento, mas salvar nosso Estado, salvar a Aracaju e a grande Aracaju, porque se tiver uma enchente como teve no Rio Grande do Sul, lá no Porto Alegre, a gente não sabe e as nossas vidas estão em jogo e é algo urgente que precisa ser definido. Então, Sonia, eu me coloco para a gente viabilizar urgentemente essa reunião no Ministério Público e fazer também uma audiência pública na Assembleia Legislativa, porque essa questão do Vaza-Barris envolve todos, até da questão do Estado do Sergipe e dizer que a nossa assessoria jurídica como já teve à disposição para outros processos está, porque eu acho, assim, essa reunião é para responsabilidade. O que é responsabilidade? Os órgãos públicos precisa responder e se comprometer pelo que está acontecendo, porque é responsabilidade dos órgãos públicos e isso tem a ver com gestão, pois foi falado em gestão tripartite, mas tem situações que a gente precisa pontuar, pois a gente tem gestores municipais e estaduais que preferem gastar quase R\$ 1 bilhão com a nova ponte Aracaju-Barra e não resolver questões estruturais de nossa cidade. Então, o que é prioridade por esses estados? E os órgãos públicos que estão aqui os quais têm conhecimento técnico e tem condições de chegar para os representantes que não estão aqui hoje. Eu não consigo compreender?! Eu estou aqui com a minha assessoria, Pel, que quando não eu vou ele vai nessas reuniões para poder me passar e esses representantes do Tribunal de Justiça, da Prefeitura e tantos órgãos que mandam ofício dizendo que não pode e não manda nenhum representante. Isso é zombar com a cara do povo! Porque são pessoas trabalhadores, servidores que estão recebendo dinheiro público para trabalhar e não querem nem escutar para poder pensar em uma alternativa para resolver essa situação. Então, eu acho que todos que estão aqui, os órgãos, o IBAMA, o pessoal da ADEMA. Precisa de uma CPI da

ADEMA por essas liberações ambientais, viu, Luiz Carlos? Porque está babado que é algo que já vem há de muito tempo e em que eu já provoquei uma CPI, mas, infelizmente o governo do Estado tem 21 de 24 deputados, a gente não consegue. Então, me colocar à disposição também, Cássio, para que a gente possa pensar, porque é essa articulação universidades e entes que estão preocupados e que sabem do perigo para que a gente possa ter uma solução e, nesse momento, a solução é o impedimento dessa obra e o cancelamento para que a gente veja o que pode ser de uma certa forma combatido para não ter uma tragédia maior não somente aquela região, mas para toda Aracaju. É isso! E essa região...

### **PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

É isso! Muita luta, inclusive, o MPF foi chamado também para estar aqui hoje e quero dizer a vocês que a ação do MPF é muito importante, pois o primeiro lugar que nós recorremos foi ao MPF e o projeto de macrodrenagem, volto aqui a dizer, foi enviado para uma equipe técnica em Brasília e nunca voltou e aí a doutora Gisele disse que enquanto esse projeto não voltasse não teria como ter elementos para suspender aquela obra, então, continuamos a cobrar e tivemos outras reuniões, logo, o Tribunal de Contas entrou e nós precisamos, o Ministério Público, avançar nesse diálogo. Então, como resultado dessa audiência voltaremos de novo já que o MPF não teve hoje aqui e a gente tem aqui órgãos que assumiu alguns compromissos de continuidade do debate e vamos ter que fazer isso e provocar cada vez mais para que a gente possa chegar a um denominador que possa avançar os direitos ambientais e do povo trabalhador de toda a região e do Estado, porque o rio Vaza-Barris não passa somente aqui. Vou passar agora a palavra para... Quem vai falar é Toeta? Nosso companheiro e camarada Toeta pelo Movimento Lagoa Doce. Obrigada, viu?! Toeta e Ariel.

### **TOETA NUNES – INTEGRANTE DO MOVIMENTO LAGOA DOCE**

Valeu! Boa tarde a todos!, boa noite e bom dia. Primeiro, a gente queria dizer que quem está falando em nome da Lagoa Doce e do movimento é a idade, pois o respeito agora está à idade, porque antes seria o respeito à mulher e, agora, hoje está sendo respeito à idade, mas a gente queria iniciar sendo breve valorizando e dando parabéns às inversões que nasceram na Casa dita do povo e, então, é muito interessante quando você inverte a posição de Mesa e passa para a comunidade ter voz, porque a comunidade, normalmente, não tem voz. Então, parabéns, Sonia Meire! A outra coisa que a gente queria deixar claro é que o Movimento Lagoa Doce que nasceu pequeno,

mas é um movimento que tem um coração e uma mente muito grande, porque a gente participa de tudo que for manifestação pela natureza, principalmente, e o ser humano está dentro dela e somente tem que entender que ele é parte da mesma. Então, junto a isso a gente deixando claro para algumas pessoas que o movimento nasceu em 2019 com algumas situações que são colocadas como solução a qual para a gente é um problema, então, a solução é a criação da estação de tratamento de esgotos, mas não em uma área de uma lagoa, logo, o movimento nasceu assim, então, temos que saber muito bem diferenciar a necessidade para o respeito e a concepção, então, esse movimento nasceu e nós somos contra não à estação, mas contra o local que foi colocado a mesma, porque era detonando uma lagoa e fez um aterramento de quase 50% da mesma, porém tentamos de tudo e não conseguimos e isso normalmente são às lutas, pois você pode tirar aqui Vaza-Barris e colocar qualquer rio, então, as lutas são assim. Enquanto não existir o que foi discutido e definido aqui que é a unidade e a força do coletivo de todas as forças jurídicas, municipais, estaduais, federais e etc., e a comunidade acima de tudo não sairemos do que é contar a história e, então, contar a história é bom, mas quando a gente tem vitória, porque contar a história quando a gente é derrotado eternamente não é interessante, mas tentamos modificar a situação e, mesmo sem conseguir, depois de ter perdido a batalha inicial a gente pediu à DESO, hoje a privatização está acima, que não fizesse a iluminação permanente da área depois de construída para não afetar o restinho da vida da lagoa e até hoje está lá a iluminação e também pedimos para construir o que estava no contrato que era uma parte de florestamento para o mau cheiro não chegar às casas e até hoje não foi construído, quer dizer, coisas legais, e pedimos para ter uma fiscalização para não termos colocação de lixo na lagoa e não conseguimos até hoje, absolutamente nada e a outra coisa que é a funcionalidade da estação de tratamento que não consegue atingir 30% das casas nem do conjunto Santa Lúcia e imagine do Sol Nascente e da região. Isso é absurdo! É falta de cumprimento de um contrato e com o dinheiro do povo e com a taxa de esgoto quase próxima à taxa d'água, então, a gente está colocando algumas coisas que é importante traduzirmos. Preocupado com o tempo, porque eu não vou passar do tempo disponível, respeito muito. A outra coisa que a gente queria deixar claro é que toda luta nasce a partir do momento que a gente entende a luta e para irmos de encontro à situação que está existindo nessa tal dessa zona, primeiro temos que parar de falar que é expansão, porque não existe Zona de Expansão com o bregresso que está ali e não o progresso por isso vamos parar de chamar de Zona de Expansão ou de implosão ou de impulsão da luta ou qualquer outra zona. Eu adoro

zona! Qualquer outra zona, agora, nunca Zona de Expansão, porque a gente tem que começar pelo entendimento das palavras que são colocadas para a gente como a mesma que ele passou da sustentabilidade, justamente, dentro da mesma ótica. Então, somente fechando, faltam 30 segundos, nós queríamos colocar que o movimento está aberto para toda e qualquer luta e queria fechar com uma proposta que já tivemos aqui em uma das discussões e a gente colocou e, acho que para nascer o movimento da ex-Zona de Expansão, temos que começar da Passarela do Caranguejo, então, temos que fazer por onde aquela pintura de caranguejo cozido deixe de existir e passa a ser o princípio da vida com o caranguejo pintado na cor dele e aí a gente começa a luta da zona a qual a gente vai criar o nome que começa na Passarela do Caranguejo e termina no Mosqueiro. Então essa era a participação da Lagoa Doce aqui para vocês.

### **PRESIDENTE PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Isso já é uma reivindicação antiga de Toeta, mas não passou ainda aqui, viu? Aliás, muitas coisas não passam e, inclusive, ontem tive derrubado um projeto, vetado pela prefeita, um projeto para ampliar a nossa possibilidade de transparência sobre atas de reuniões e colegiados, inclusive, conselhos deliberativos do município de Aracaju e ela vetou esse projeto contra a transparência que foi ratificado por 12 vereadores aqui na Câmara, então, a luta vai continuar, hoje e sempre. Quero aqui dar por encerrada, agradecer a presença e a participação de todas as pessoas até esse momento e também pedir desculpa pelo tempo. Não é? Muita gente que quer falar e que precisaria falar, mas o tempo não permitiu. Agradecer e dizer que a luta vai continuar e que nós vamos fazer outros movimentos e vamos... Isso! Vamos convidar vocês para outro momento, está certo? Vamos agora fazer na Alese e depois a gente volta para avançar com os órgãos, tá? Então, dou por encerrado e peço para todos poderem fazer uma foto aqui embaixo para a gente poder ir com quem ficou. Obrigada, gente.

**[AUDIÊNCIA ENCERRADA]**

*Texto revisado por José Carlos César dos Santos.*